

Informe Anual
2008

O nosso compromisso
é trabalhar pelo futuro.



Sumário

Carta do Presidente do Conselho de Administração	04	Serviço a Clientes	14
Carta do Diretor-Presidente	05	Atividade Regulatória	15
Conselho de Administração - Comitê de Direção	10	Atividade Técnica	15
Ambiente macroeconômico e seus efeitos na indústria do gás	11	Recursos Investidos	16
Atividade Comercial	11	Sumário Financeiro	16
		Receita Líquida	16
		Lucro Bruto	17



Resultado Financeiro	17	Acionistas	18
Lucro Operacional	17	Panorama Tributário	18
Lucro Líquido	17	Público Interno	19
LAJIDA (Ebitda)	17	Responsabilidade Social Corporativa	20
Remuneração aos Acionistas	18	Demonstrações Financeiras	21
Financiamentos	18		

1. Carta do Presidente do Conselho de Administração – CEG

Senhores acionistas,

O modelo de negócios adotado pelo Grupo Gas Natural nos onze países em que está presente revelou-se vitorioso em 2008. Apesar do difícil entorno operativo que marcou o ano, caracterizado por uma alta volatilidade dos mercados e pela crise financeira, conseguimos cumprir todos os objetivos previstos, fechando o período com a importante marca de 11,5 milhões de clientes em todo o mundo e lucro de 1.057 milhões de euros.

Na América Latina, o Grupo continuou ocupando o posto de maior empresa do setor de gás e atingiu o recorde de vendas de 19,1 bilhões de metros cúbicos, 16,2% acima do registrado no ano anterior. No Brasil, da mesma forma, o Grupo Gas Natural consolidou sua posição de liderança como operador de distribuição de gás, tanto em volume de vendas quanto em número de clientes atendidos. Suas empresas no País – CEG, CEG RIO, Gas Natural Serviços e Gas Natural São Paulo Sul – se mantiveram em trajetória ascendente, comprometidas não só com os bons resultados, mas também com a qualidade do serviço ao cliente, com o desenvolvimento de seus funcionários, com a sustentabilidade e com o entorno.

Os resultados alcançados pela CEG tiveram forte influência sobre esses indicadores. O volume total de vendas chegou a 3.096,4 bilhões de metros cúbicos, 41% maior do que o alcançado em 2007. Esse crescimento foi impulsionado pelo excelente comportamento das vendas para geração elétrica, que foram 280% superiores às do exercício anterior.

Outro fator de destaque para a performance do ano foi a assinatura dos novos contratos de suprimento com a Petrobras, que garantem à CEG a entrega de aproximadamente 6,6 milhões de metros cúbicos/dia até 2012. Esses contratos estabelecem uma política de preços do gás natural e introduzem elementos de flexibilidade ao sistema de distribuição.

Dando continuidade ao plano de expansão do Grupo no Brasil, foram investidos no período R\$ 179,4 milhões, valor 8,3% maior do que o realizado em 2007, dos quais R\$ 104 milhões foram destinados a projeto de expansão comercial, principalmente na saturação de mercados com zonas já consolidadas.

Além disso, vale destacar que pela primeira vez a CEG, em conjunto com as demais empresas do Grupo no Brasil, publicou o *Informe de Responsabilidade Corporativa*, conforme modelo do *Global Reporting Initiative (GRI)*, no qual encontram-se reunidos, em um único documento, seus compromissos e ações com os diferentes *stakeholders*.

Essas conquistas por si só já valeriam os esforços realizados. Mas a CEG ainda conquistou no período os melhores índices de segurança da sua história, com valorações muito positivas, medidas de acordo com as melhores referências internacionais e dentro dos objetivos fixados no início do ano pelo Grupo Gas Natural. Isto ocorreu tanto no contexto da segurança laboral como no da segurança industrial, em matéria de distribuição e de utilização.



Todas essas ações revelam que estamos em linha com os nossos princípios de atuação, buscando não só uma rentabilidade sustentável aos nossos acionistas, mas também uma ampliação das oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal aos nossos empregados e uma contribuição positiva à sociedade. É essa forma de administrar que torna o Grupo Gas Natural uma referência internacional, sendo um dos *players* energéticos mais bem posicionados em matéria de responsabilidade social corporativa.

Para alcançarmos esses resultados, tem sido fundamental o apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que, a cada ano, renova sua crença em nosso modelo de gestão e ratifica o compromisso de fazer com que o Rio de Janeiro esteja no mesmo patamar dos grandes centros urbanos do mundo – no que diz respeito ao serviço de distribuição de gás natural.

Agradeço também a toda a equipe de funcionários da Companhia, pelo compromisso com os resultados; e aos acionistas, pela confiança que a cada ano renovam em nosso modelo de gestão.

Muito obrigado.

Sergio Aranda Moreno
Presidente do Conselho de Administração



CEG



2. Carta do Diretor-Presidente da CEG

Em um cenário de retração da indústria, fruto da crise financeira internacional que atingiu o país, o crescimento de 41% do volume de vendas totais de gás da CEG em 2008 – 3,096 bilhões de metros cúbicos – pode ser considerado uma grande conquista, que se deveu principalmente ao aumento de 280% no consumo das térmicas.

Esse resultado trouxe ao ano de 2008 o retorno positivo de uma estratégia adotada anteriormente, no que diz respeito ao desenvolvimento de redes para abastecimento às termelétricas situadas na área de concessão da Companhia. Esta opção faz parte de um elenco de decisões tomadas de forma acertada desde 1997, quando a CEG passou à gestão do Grupo Gas Natural, maior operador de distribuição de gás natural na América Latina.

Outra relevante conquista obtida em 2008 foi a assinatura do novo contrato de suprimento com a Petrobras, que garantiu os volumes negociados durante o ano e permitirá o atendimento das demandas até 2012, com média de 6,6 milhões de metros cúbicos/dia. Mas o contrato vai além disso. Estabelece uma nova política de preços do gás natural e introduz elementos de flexibilidade no sistema de distribuição, em situações de emergência.

É um desempenho que se reveste de maior importância se analisado sob a ótica de um mercado nacional de gás que se encontra em permanente crescimento – vendas 20% maiores que em 2007 – e cada vez mais competitivo. Para fazer frente a este cenário, realizamos em 2008 investimentos de R\$ 179.464 mil, 8,3% maiores do que em 2007. Desse total, R\$ 104 milhões foram para expansão comercial, principalmente na saturação de mercados com zonas já consolidadas.

No programa de renovação das redes de gás foram aplicados outros R\$ 39,8 milhões com o objetivo principal de elevar os níveis de segurança das redes de distribuição instaladas na região metropolitana do Rio de Janeiro. Foram substituídos 48.118 metros de tubulação e 1.458 ramais que fornecem gás canalizado aos consumidores. Com isso, a CEG já contabiliza mais de 615.341 metros de redes renovados no período pós-privatização (1998 a 2008).

Cumprindo seu papel de prestadora de serviço público, a Companhia deu seguimento à política de aumentar a oferta de gás natural para os parques industriais do Rio de Janeiro, incrementando o crescimento econômico, de trabalho e renda no Estado, e concluindo o gasoduto de alta pressão que vai abastecer a Companhia Siderúrgica do Atlântico – Thyssenkrupp.

Terminamos a obra de infraestrutura da rede de alta pressão do anel metropolitano da cidade do Rio de Janeiro, que vai permitir que o fornecimento de gás natural seja feito a partir de dois pontos diferentes, além de possibilitar o aumento da capacidade de distribuição em 378 mil metros cúbicos por dia. Essa obra, somada aos 87 km de novas redes de distribuição construídas em 2008, fez com que a CEG encerrasse o ano com um total de 3.986 km de rede.



Fechamos o ano com o total de 735.656 clientes. Com o objetivo de ampliar ainda mais os canais de atendimento a esses clientes, foi criada em 2008 a Oficina de Garantia de Serviço ao Cliente – uma área exclusiva para a solução de todos os casos de clientes que não ficaram satisfeitos com os serviços prestados pelos canais convencionais de atendimento. A Companhia também deu continuidade à sua política de oferecer aos clientes serviços de assistência técnica, tendo realizado 140 mil atendimentos no ano. Essas e outras ações realizadas para a melhoria do serviço ao cliente impactaram favoravelmente no índice de satisfação global da CEG, que atingiu 88,1%.

A participação da CEG no dia a dia da cidade foi mantida com a parceria em eventos tipicamente cariocas, como por exemplo o Festival Rio de Cinema e as comemorações pelos 50 anos da Bossa Nova.

Internamente, intensificamos nosso programa de qualificação dos empregados e prestadores de serviço, com um investimento total de R\$ 932.407. Foram realizadas 35.673 horas de formação, com ênfase para os treinamentos de gestão, prevenção e saúde laboral, qualidade e meio ambiente.

Ao qualificar seus empregados e se engajar em atividades de cuidado ambiental, social e cultural, a CEG retorna à cidade os valores do Grupo Gas Natural, quanto à sustentabilidade, interesse pelas pessoas, integridade e responsabilidade social.

Diante deste retrospecto, sinto-me muito honrado em apresentar este Relatório de Atividades e divido essas conquistas com todos os empregados, parceiros e acionistas que acreditaram em nossa gestão, a quem agradeço sinceramente por todo o apoio recebido.

Também registro aqui meu agradecimento ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, que tem nos apoiado e acreditado em nosso projeto voltado para o desenvolvimento e a modernização do serviço de distribuição de gás das regiões em que estamos presentes.

Bruno Armbrust
Country Manager do Grupo Gas Natural no Brasil

Grupo Gas Natural: História de Liderança

O ano de 2008 consolidou a posição de liderança do Grupo Gas Natural como operador de distribuição de gás no Brasil, tanto em volume de vendas quanto em número de clientes atendidos. Na América Latina, o Grupo Gas Natural atingiu o recorde de vendas de 19,1 bilhões de metros cúbicos no ano. O Brasil contribuiu para esse resultado com vendas totais de aproximadamente 7 bilhões de metros cúbicos/ano, 64% a mais que 2007.

Um dos fatores importantes que colaboraram para o crescimento das vendas de gás do Grupo no Brasil foi o elevado regime de operação das usinas termelétricas a gás em suas áreas de concessão.

Neste cenário, as empresas do Grupo Gas Natural no Brasil – CEG, CEG RIO, Gas Natural Serviços e Gas Natural SPS – se mantiveram numa trajetória de crescimento, pautada por orientação ao cliente,

compromisso com resultados, sustentabilidade, interesse pelas pessoas e pela responsabilidade social corporativa.

Dentre os aspectos relevantes do ano, destaca-se a assinatura dos novos contratos de suprimento com a Petrobras para as concessionárias do Rio de Janeiro que garantem a entrega de aproximadamente 9,5 milhões de metros cúbicos/dia até 2012. Isto, somado aos volumes já contratados pela Gas Natural SPS, perfazem um total de 11,0 milhões de metros cúbicos/dia.

Os novos contratos estabelecem uma nova política de preços do gás natural e introduzem elementos de flexibilidade ao sistema de distribuição. Para isso, as Companhias deram início às obras de construção de estações de gás natural sintético, tendo concluído a primeira delas para atender a Siderúrgica Barra Mansa, em 2008.

Sumário Financeiro

As empresas registraram lucro – antes dos juros e impostos – de 635 milhões, 17% superior ao ano de 2007. Merecem destaque as receitas líquidas, que foram de R\$ 4,1 bilhões, e o lucro líquido de R\$ 266 milhões, maior 50% do que o verificado no ano anterior, e que refletem o real crescimento das Companhias.

O bom resultado financeiro esteve fortemente atrelado ao crescimento dos volumes de vendas

de gás, especialmente para o mercado de geração elétrica. Esse resultado demonstra a visão estratégica acertada da Administração, que, no passado, efetuou fortes investimentos na ampliação de suas redes para atendimento às termelétricas situadas no Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, criaram todas as condições necessárias para atender a esse segmento e fazer com que o Rio de Janeiro saísse da condição de importador para exportador de energia elétrica.

Atividade Comercial

O resultado comercial de 2008 foi reflexo de uma política energética nacional que buscou preservar os reservatórios hídricos e, para isso, determinou a entrada em operação das usinas termelétricas a gás. Este fato propiciou um crescimento significativo das vendas de gás para o setor de geração de energia elétrica, que, em todo o país, atingiu o recorde de aproximadamente 15 milhões de metros cúbicos/dia, 128% maior que em 2007.

Nesta conjuntura, foram firmados termos de compromisso da Petrobras com as distribuidoras de fornecimento de gás, que buscavam a participação cada vez maior das térmicas no uso de gás natural como complemento do sistema de geração elétrica.

O Grupo assinou os Termos de Compromisso com sete clientes industriais – Cibrapel, Bayer, Petroflex, Gerdau, FCC, Riopol e Siderúrgica Barra Mansa – que juntos permitirão flexibilizar aproximadamente 1 milhão de metros cúbicos/dia, nas modalidades Firme Flexível e Interruptível, viabilizando que o fornecimento de gás natural se adeque ao novo contrato com a Petrobras.

Dentro da política de expansão de redes de gás nas áreas de concessão, as empresas do Grupo no Brasil investiram na ampliação de suas redes de distribuição atingindo em 2008 incremento de 15.677 clientes, chegando à marca de 789 mil clientes no mercado do Rio de Janeiro e São Paulo.

No mercado de grandes clientes, a assinatura do contrato de fornecimento de gás natural para a Companhia Siderurgia do Atlântico, com característica de um contrato tripartite (CEG, Petrobras e Thyssen), permitiu dar confiabilidade para o início dos testes da Usina, com uma previsão de incremento nas vendas da CEG de 72 milhões de metros cúbicos até 2010. Outro fato importante foi a assinatura da proposta comercial com a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, que possibilitou a inauguração do primeiro ponto de fornecimento de GNV nas dependências da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ), visando atender a sua frota.

Na Gas Natural São Paulo Sul foi assinado o contrato de fornecimento com a indústria Guardian, que, com um consumo de 135.000 metros cúbicos/dia, será o segundo maior cliente da empresa.

No âmbito da Gas Natural Serviços, responsável no Brasil pelo desenvolvimento dos negócios do

mercado não regulado, atuando em cinco estados, foi alcançada a marca de 78 sistemas de compressão do GNV instalados em 77 postos, atingindo um crescimento de 8% em relação a 2007. Em relação ao volume comprimido de GNV, a Gas Natural Serviços registrou a marca de 110 milhões de metros cúbicos/ano.

Em relação aos serviços de compressão de GNC, a Gas Natural Serviços apresentou um crescimento de 17% no volume comprimido em comparação ao ano anterior, mantendo as 3 bases de compressão. Quanto ao serviço de geração elétrica na ponta e cogeração, foi iniciada a operação no Niterói Shopping, com capacidade de 0,5 MW/h.

Todos esses projetos estão contribuindo para a redução de emissões de poluentes que causam o efeito estufa, estão em linha com o conceito de desenvolvimento sustentável e, por suas características, se converteram em Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Atividade Técnica

Visando a ampliação dos serviços em suas áreas de concessão – tanto no Estado de Rio de Janeiro como na região Sul do Estado de São Paulo –, a Gas Natural Brasil incrementou sua rede de distribuição de gás em 180 km, fechando o ano de 2008 com uma rede de distribuição de 6.096 km.

Foi concluída a obra de infraestrutura da rede de alta pressão do anel metropolitano da cidade do Rio de Janeiro, que assim permitirá total confiabilidade no fornecimento de gás à cidade e à sua área metropolitana, fornecendo gás natural a partir de dois pontos diferentes. A obra também viabilizará o aumento da capacidade de distribuição em 378 mil metros cúbicos por dia.

Dando prosseguimento à política de aumentar a oferta de gás natural para os parques industriais do Rio de Janeiro e de São Paulo Sul, o que possibilitará o crescimento industrial, econômico e de trabalho e renda nestes Estados, também foram concluídas as obras de construção do gasoduto de alta pressão para atender à Thyssenkrupp CSA Companhia Siderúrgica. Foram iniciadas em 2008 as obras de construção dos gasodutos que atenderão, no primeiro semestre de 2009, à Indústria Votorantim Metais (unidade de Resende) e à Guardian (na área da São Paulo Sul).

Através do programa de renovação das redes de distribuição antigas da cidade do Rio de Janeiro – programa este que recebeu investimentos de R\$ 40 milhões – foram substituídos 48.118 metros de rede e 1.458 ramais, além de outros 43.167 metros adicionais de redes antigas de ferro fundido, que também receberam tratamento. Essas ações, que foram intensificadas em 2008, proporcionaram aumento do ritmo de renovação da rede na cidade do Rio de Janeiro, em relação ao realizado em 2007, e refletem o compromisso da Gas Natural Brasil de elevar a segurança da sua rede de distribuição.

Em todo esse trabalho, a segurança foi um objetivo prioritário. Em 2008, todas as empresas do Grupo Gas Natural Brasil conseguiram os melhores índices de segurança da sua história. Com valorações muito positivas, medidas de acordo com as melhores referências internacionais e dentro dos objetivos fixados no início do ano pelo Grupo Gas Natural, não houve acidentes relevantes, tanto no contexto da segurança laboral como no da segurança industrial, em matéria de distribuição e de utilização.

Orientação ao cliente

Buscando melhorar continuamente a qualidade de seus produtos e serviços, as empresas do Grupo Gas Natural aprimoraram ainda mais os serviços prestados pelos seus diversos canais de atendimento. Uma das medidas adotadas foi a otimização da gestão de processos, com destaque para a implantação de um único Sistema de Gestão da Qualidade, que permitiu unificar os certificados ISO 9001:2000.

Com o objetivo de conscientizar seus clientes sobre a importância do cumprimento das normas de segurança, as empresas também realizaram em suas áreas de concessão do Rio de Janeiro e de São Paulo uma Campanha sobre o uso correto do gás, que foi veiculada na mídia, na web e nas contas de gás. Todo este trabalho acabou refletindo no índice global de satisfação dos clientes, que dos 84% alcançados em 2007 passou para 87,9% em 2008.

Atividade Regulatória

Conforme previsto nos contratos de concessão da CEG e da CEG RIO, as Concessionárias elaboraram as *Condições Gerais de Prestação de Serviços* para os consumidores livres, as quais foram aprovadas pelo órgão regulador em junho/2008. Esse processo foi pioneiro no Brasil. Os consumidores livres poderão efetuar a aquisição do gás natural diretamente do produtor, contratando a movimentação do gás através das redes de distribuição das Concessionárias. No caso do Rio de Janeiro, o consumidor livre poderá contratar o direito de movimentar uma capacidade diária superior a 100 mil metros cúbicos de gás na rede de distribuição das concessionárias.

Em cumprimento às disposições dos contratos de concessão, a CEG e a CEG RIO apresentaram ao órgão regulador, dentro do prazo estipulado, suas propostas relativas à segunda revisão quinquenal de tarifas. Em julho/08 ocorreu a Audiência Pública referente a esse processo. Ao longo deste ano, antes e após a referida audiência, as Concessionárias realizaram um intenso trabalho visando atender às solicitações da Agência Reguladora. Alguns destes trabalhos encontram-se disponibilizados na Consulta Pública do site da Agência.

Responsabilidade Social Corporativa

As empresas do Grupo Gas Natural no Brasil publicaram pela primeira vez o Informe de Responsabilidade Social Corporativa, conforme o modelo do *Global Reporting Initiative (GRI)*,

no qual reuniram, em um único documento, os compromissos e ações com seus diferentes *Stakeholders*.



Missão

Nossa missão é atender às necessidades energéticas das sociedades, proporcionando a nossos clientes serviços e produtos de qualidade e respeitosos com o meio ambiente, a nossos acionistas uma rentabilidade crescente e sustentável e a nossos empregados a possibilidade de desenvolver suas competências profissionais.

Visão

Ser um grupo energético e de serviços líder e em contínuo crescimento, com presença multinacional que se distingue por proporcionar uma qualidade de serviço excelente a nossos clientes, uma rentabilidade sustentável a nossos acionistas, uma ampliação das oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal a nossos empregados e uma contribuição positiva à sociedade, atuando com um compromisso de cidadania global.

Valores

Orientação ao cliente

Dedicamos nossos esforços a conhecer e satisfazer as necessidades de nossos clientes. Queremos proporcionar-lhes um serviço excelente e ser capazes de dar-lhes uma resposta imediata e eficaz.

Compromisso com resultados

Elaboramos planos, fixamos objetivos coletivos e individuais e tomamos decisões em função de seu impacto na consecução dos objetivos de nossa Visão, assegurando o cumprimento dos compromissos adquiridos.

Sustentabilidade

Desenvolvemos nossos negócios com um horizonte estratégico que transcende os interesses econômicos imediatos, contribuindo para o desenvolvimento mediante a criação de valor econômico, ambiental e social, tanto a curto como a longo prazo.

Interesse pelas pessoas

Promovemos um entorno de trabalho respeitoso com nossos empregados, colaborando para sua formação e desenvolvimento profissional. Propiciamos a diversidade de opiniões, perspectivas, culturas, idades e gêneros no seio de nossas organizações.

Responsabilidade Social

Aceitamos nossa responsabilidade social, corporativa, agregando à sociedade nossos conhecimentos, capacidade de gestão e criatividade. Dedicamos parte de nossos benefícios à ação social, mantendo um diálogo permanente com a sociedade para conhecer suas necessidades e procurar satisfação, de tal forma que incremente a credibilidade e prestígio do Grupo.

Integridade

Todas as pessoas devem comportar-se com honestidade, retidão, dignidade e ética, contribuindo assim com o aumento da confiança da sociedade em relação à nossa empresa. A Direção do Grupo atuará com transparência e responsabilidade ante todas as partes interessadas.



3. Conselho de Administração

Sergio Aranda Moreno
Presidente

Bruno Armbrust
Francisco de Paula Lluch Rovira
Antonio Gallart Gabás
Antonio Basolas Tena
Carlos Javier Álvarez Fernández
Ewald Possolo Correa da Veiga
Maria Carmen Westerlund Montera
José Pais Rangel

4. Comitê de Direção

Bruno Armbrust
Diretor-Presidente

Angel Benedí
Estudos e Regulação

Armando Laudório
Serviços Jurídicos

Diego Grimaldos
Econômico-Financeiro

Jordi Grau
Área Comercial

Jordi Gutierrez
Serviços Compartilhados

José Maria Margalef
Área Técnica

Kátia Repsold
Serviço a Clientes

Mario Nevares
Organização e Qualidade

Olavo Rufino
Relações Externas

Tânia Coimbra
Recursos Humanos

5. Ambiente macroeconômico e seus efeitos na indústria do gás

O ano de 2008 foi marcado por uma forte atividade econômica, com crescimento do PIB da ordem de 5,1%. O crescimento da atividade econômica gerou um aumento dos investimentos diretos estrangeiros no país, que atingiram o montante de US\$ 45 bilhões, elevando o fluxo de capitais e contribuindo para a valorização do Real até o mês de setembro. Entretanto, a partir de setembro, com a crise do mercado financeiro, a restrição de liquidez de crédito se propagou pelo mundo, atingindo também o Brasil.

No último trimestre do ano, houve forte desaceleração no crescimento mundial, refletida na redução dos investimentos e do consumo, com conseqüente queda dos preços das *commodities*, destacando-se o petróleo, que fechou o ano cotado a US\$ 42/barril, depois de ter atingido o preço recorde de US\$ 146/barril. O agravamento da crise e a forte redução do fluxo de capitais para o Brasil no último trimestre gerou a desvalorização do Real, que encerrou o ano cotado a R\$/US\$ 2,34, com desvalorização de 32% frente ao fechamento de 2007.

A produção média de gás natural chegou a 59,16 milhões de metros cúbicos/dia, 16% superior a 2007. Esse aumento foi influenciado pela entrada em operação dos gasodutos Cabiúnas-Vitória e Campinas-Japeri, que viabilizaram maior oferta

de gás para a Região Sudeste, com forte impacto no Rio de Janeiro.

Alinhado com esse cenário, o setor do gás natural apresentou um crescimento de vendas de 20%. Em todo o país, mais de 700 km de novos gasodutos entraram em operação em 2008; foi instalado o primeiro terminal de GNL, teve início a discussão da Lei do Gás – novo marco regulatório para o mercado de gás natural – e foram implantados novos modelos de contratos, buscando a flexibilização do fornecimento e de uma nova política de preços de gás nacional.

Dentre os aspectos relevantes do ano da Companhia destaca-se a assinatura do novo contrato de suprimento com a Petrobras, que garantiu os volumes negociados durante o ano e que permitirá o atendimento de suas demandas até 2012, o que representa uma média de 6,6 milhões de metros cúbicos/dia. O acordo estabelece uma nova política de preços do gás natural e introduz elementos de flexibilidade ao sistema de distribuição, em situações de emergência.

Neste cenário, a CEG se manteve numa trajetória de crescimento, pautada por orientação ao cliente, compromisso com resultados, sustentabilidade, interesse pelas pessoas e pela responsabilidade social corporativa.

6. Atividade Comercial

Clientes

A CEG, no ano de 2008, alcançou um incremento líquido de 10.870 clientes, perfazendo um total de 735.656 atendidos na área de concessão. Com esse resultado, a CEG contabiliza um total de 171.269 novos clientes desde a privatização, em 1997.

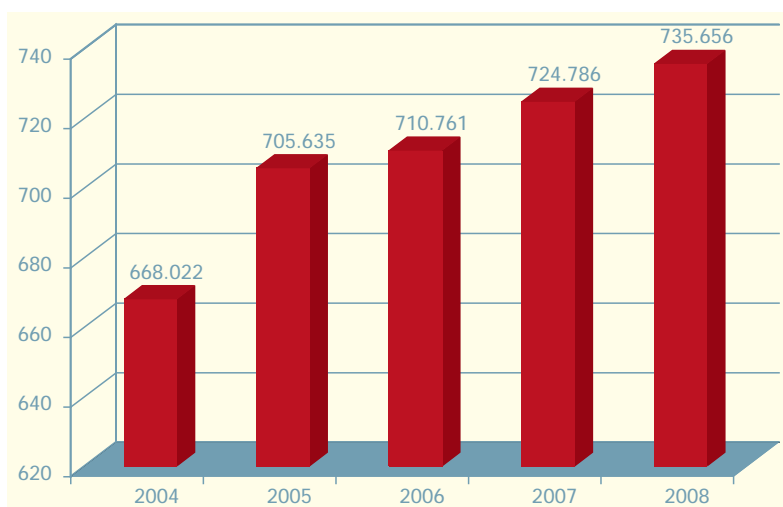
No segmento industrial houve um crescimento líquido de sete novas indústrias. Neste setor, merecem destaque as negociações para contratação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), com previsão de entrada em operação em 2009.

Número de Clientes	Real 08	Real 07	Varição %
Residencial	724.393	713.498	2
Comercial	10.507	10.562	-1
Industrial Firme	346	339	2
Geração Elétrica	3	3	0
Postos de GNV	407	384	6
Total	735.656	724.786	1

A atividade comercial foi realizada em 16 municípios, conforme quadro abaixo:

Município	Res.	Peq. Comércio	Gde. Comércio	Ind.	GNV	Ger. Elét.	Total
Belford Roxo	744	5	3	5	6		763
Duque de Caxias	1.990	22	7	35	27	1	2.082
Guapimirim		1		3	1		5
Itaboraí	617	7	1	10	16		651
Itaguaí	93				5		98
Magé				3	1		4
Mesquita	1.037	3			3		1.043
Nilópolis	473	4		2	1		480
Niterói	23.359	195	4	1	16		23.575
Nova Iguaçu	2.892	21		17	19		2.949
Paracambi				2	3		5
Queimados				4			4
Rio de Janeiro	681.039	9.917	265	231	274	1	691.727
São Gonçalo	11.927	42	3	25	24		12.021
São João de Meriti	222	2	5	8	9		246
Seropédica					2	1	3
Total	724.393	10.219	288	346	407	3	735.656

No quadro a seguir, em detalhe, a evolução do número de clientes desde 2004:



Vendas

O volume total de vendas registrado no ano foi de 3.096,4 bilhões de metros cúbicos, 41% maior do que o alcançado em 2007.

Vendas (Mm³)	2008	2007	Variação %
Residencial	115,6	110,2	4
Comercial	78,2	71,7	9
Industrial Firme	739,7	776,2	-5
Postos de GNV	866,1	890,1	-3
Total Mercado Convencional	1.799,6	1.848,2	-3
Geração Elétrica	1.296,7	340,9	280
Total	3.096,4	2.189,1	41

O crescimento do volume de vendas foi impulsionado pelo excelente comportamento das vendas para geração elétrica, que foram 280% superiores às do exercício anterior. Este resultado é reflexo da entrada em operação das térmicas a gás que precisaram garantir a confiabilidade do sistema nacional de geração elétrica.

No mercado residencial e no comercial, houve crescimento da ordem de 4% e 9%, respectivamente. Esse resultado ocorreu basicamente por causa da manutenção da expansão na base de clientes e pela política de substituição de combustível.

No mercado de GNV, o volume de vendas foi 3% inferior em função do aumento do custo do gás, decorrente da alta do petróleo no mercado internacional, com forte impacto no mercado doméstico, o que diminuiu a competitividade do GNV frente ao álcool.

Com o objetivo de recuperar o nível de vendas de gás para o mercado de gás natural veicular (GNV) e também fomentar o número de conversões, foi realizada uma campanha na mídia, em conjunto com parceiros do mercado. A campanha buscou esclarecer as vantagens econômicas e ambientais do gás natural veicular (GNV) em relação aos outros combustíveis. O resultado foi um aumento de 30% do número de conversões no Estado do Rio de Janeiro, no mesmo período em que a Campanha começou a ser veiculada.

Ressalta-se também a assinatura de contrato com a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, que possibilitou a inauguração



do primeiro ponto de fornecimento de gás natural veicular (GNV) nas dependências da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ), visando atender a sua frota, composta de 1.500 veículos.

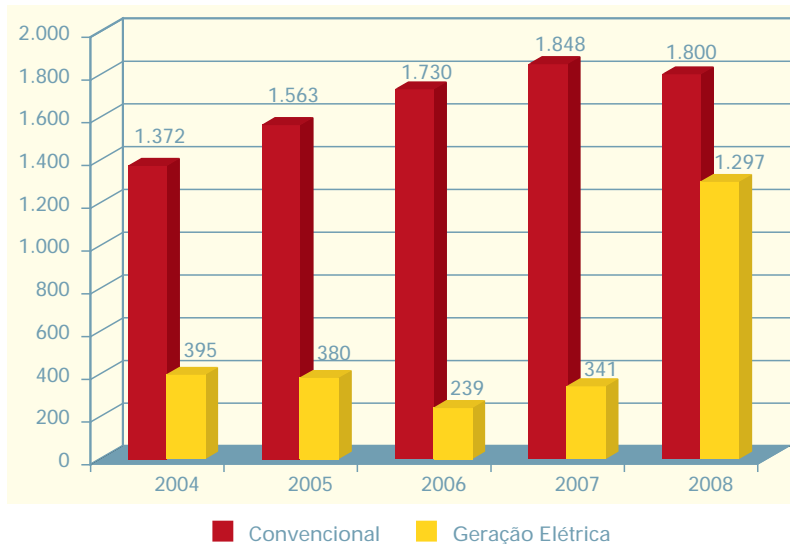
A frota de veículos convertidos para gás natural do Rio de Janeiro representa hoje 43% da frota nacional convertida.

Espera-se para o ano de 2009 uma recuperação desse segmento, tendo em vista o recuo do preço do petróleo no último trimestre de 2008.

A redução no segmento industrial foi provocada pelo efeito combinado da parada de uma grande indústria com os efeitos da crise mundial, iniciada no último trimestre do ano.



Evolução do volume de vendas



7. Serviço a Clientes

Com o objetivo de ampliar ainda mais seus canais de atendimento, a Companhia criou a Oficina de Garantia de Serviço ao Cliente – uma área exclusiva para a solução de todos os casos de clientes que não ficaram satisfeitos com os serviços prestados pelos canais convencionais de atendimento. Esse serviço também detectou uma série de pontos de melhoria.

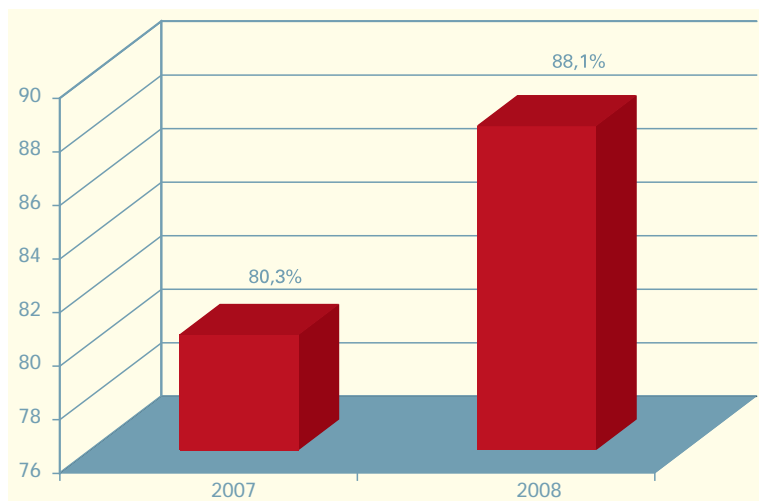
Visando conscientizar seus clientes sobre a importância do cumprimento das condições de segurança estabelecidas pelo Regulamento de Instalações Prediais de Gás do Rio de Janeiro (RIP/RJ), a Companhia realizou uma campanha

sobre o correto uso do gás. Através dessa iniciativa, a CEG informou, através de uma série de anúncios em revistas, nas contas de gás e na web, os cuidados que os consumidores residenciais precisam ter.

Adicionalmente, a Companhia deu continuidade a sua política de oferecer aos clientes serviços de assistência técnica, tendo realizado 140 mil serviços.

As ações realizadas para a melhoria do serviço ao cliente impactaram favoravelmente no índice de satisfação global.

Índice Global de Satisfação de Clientes



8. Atividade Regulatória

Conforme previsto no contrato de concessão da CEG, a Concessionária elaborou as Condições Gerais de Prestação de Serviços para os consumidores livres, as quais foram aprovadas pelo órgão regulador em junho/2008 – um processo pioneiro no Brasil. Os consumidores livres poderão efetuar a aquisição do gás natural diretamente do produtor, contratando a movimentação do gás através das redes de distribuição da CEG. No caso do Rio de Janeiro,

o consumidor livre poderá contratar o direito de movimentar uma capacidade diária superior a 100 mil metros cúbicos de gás na rede de distribuição das concessionárias.

Em cumprimento às disposições dos contratos de concessão, a CEG apresentou ao órgão regulador, dentro do prazo estipulado, suas propostas relativas à segunda revisão quinquenal de tarifas. Em julho/08 ocorreu a Audiência Pública referente a esse processo.

9. Atividade Técnica

Foi concluída a obra de infraestrutura da rede de alta pressão do anel metropolitano da cidade do Rio de Janeiro, que irá conferir total confiabilidade no fornecimento de gás à cidade e à sua área metropolitana. Essa obra permitirá que o fornecimento de gás natural seja efetuado a partir de dois pontos diferentes, além de possibilitar o aumento da capacidade de distribuição em 378 mil metros cúbicos por dia.

Essa obra, somada aos 87 km de novas redes de distribuição construídas em 2008, fizeram com que a Companhia encerrasse o ano com um total de 3.986 km.

Seguindo sua política de aumentar a oferta de gás natural para os parques industriais do Rio de Janeiro, o que possibilitará o crescimento industrial, econômico e de trabalho e renda no Estado, foram concluídas em 2008 as obras de construção do gasoduto de alta pressão para atender a Thyssenkrupp CSA Companhia Siderúrgica.

Através do programa de renovação das redes de distribuição antigas da cidade de Rio de Janeiro – programa este que recebeu em 2008 investimentos de R\$ 39,8 milhões – foram substituídos 48.118 metros de rede e 1.458 ramais, além de outros 43.167 metros adicionais de redes antigas de ferro fundido que também receberam tratamento. Essas ações, intensificadas em 2008, proporcionaram aumento do ritmo de renovação de rede na cidade em relação ao realizado em 2007 e refletem o compromisso da CEG de elevar a segurança da sua rede de distribuição.



Em todo esse trabalho, a segurança foi um objetivo prioritário na linha de atuação da CEG. A Companhia obteve os melhores índices de segurança da sua história, com valorações muito positivas, medidas de acordo com as melhores referências internacionais e dentro dos objetivos marcados no início do ano pelo Grupo Gas Natural. O ano transcorreu sem acidentes relevantes, tanto no contexto da segurança laboral como no da segurança industrial em matéria de distribuição e de utilização.

10. Recursos Investidos

O valor dos recursos investidos em 2008 chegou a R\$ 179.464 mil, 8,3% maior do que o realizado em 2007. Desse total, R\$ 104 milhões foram destinados ao projeto de expansão comercial, principalmente na saturação de mercados com zonas já consolidadas.

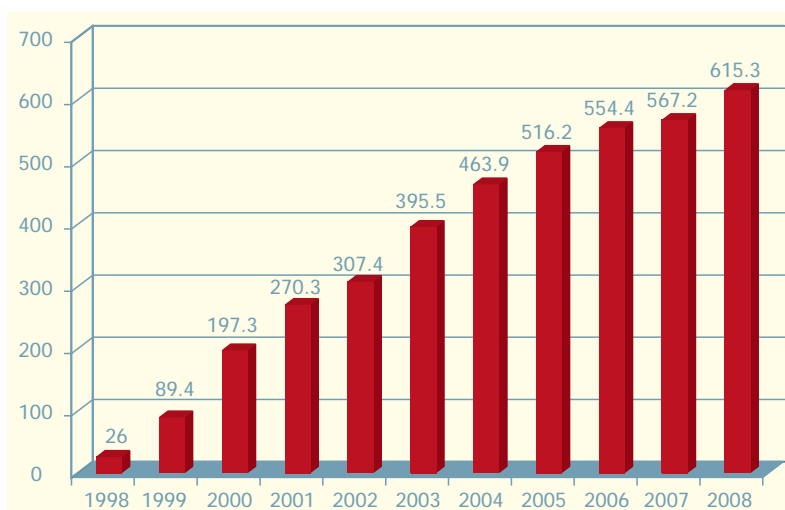
No programa de renovação das redes de gás foram aplicados mais de R\$ 39,8 milhões. Através desse projeto – que visa elevar os níveis

de segurança das redes de distribuição instaladas na região metropolitana do Rio de Janeiro - foram substituídos 48.118 metros de rede.

Outros 43.167 metros de ferro fundido foram tratados. Um total de 1.458 ramais que fornecem gás canalizado aos consumidores foram substituídos. Com isso, a Companhia já contabiliza um total de mais de 615.341 metros de redes renovados no período pós-privatização (1998 a 2008).

	2008	Total (de 1998 a 2008)
Renovação da Rede (extensão em metros)	48.118	615.341
Aplicação de líquido selante (em metros)	43.167	155.541
Substituição de ramal completo (nº de ramais)	1.458	30.120
Troca de válvula de ramal (nº de válvulas)	0	50.023

Renovação das redes nos últimos 11 anos (em km)



11. Sumário Financeiro

Receita Líquida

As receitas líquidas da Companhia apresentaram um aumento de 51,5% referente ao ano anterior, atingindo um total de R\$ 2.018.543 mil,

em linha com o crescimento das vendas em todos os mercados, com destaque para o aumento no mercado de geração elétrica.

Lucro Bruto

O lucro bruto foi de R\$ 563.547 mil, superando em 10,9% o resultado obtido no ano de 2007, o que representa uma margem bruta de 27,9%, inferior em 10 pontos percentuais ao apresentado

no ano anterior. Esse resultado também é reflexo dos maiores volumes de geração elétrica, no qual se encontram as menores margens.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi impactado principalmente pelas despesas financeiras, que no ano de 2008 sofreram uma forte influência da política monetária implementada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Este fato ocasionou incrementos da taxa básica de juros, com impacto imediato nos gastos financeiros da Empresa.

No entanto, a política de gestão da Companhia conseguiu minimizar os efeitos da mesma e o resultado financeiro, que em 2007 foi de R\$ 93.913 mil, chegou a R\$ 88.418 mil, representando uma queda de 5,8%.

Lucro Operacional

O lucro operacional de 2008 foi de R\$ 185.815 mil, superando o do ano anterior em R\$ 11.256

mil, o que, em grande parte, se deve ao aumento do volume de vendas em todos os mercados.

Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício fechou em R\$131.066 mil, número que supera o alcançado no período anterior em R\$ 8.688 mil, e que equivale a um

aumento de 7,1%, graças ao melhor comportamento do negócio.

	2008	2007	Varição %
Conta de Resultados (R\$ mil)			
Receita líquida das vendas e serviços	2.018.543	1.332.362	51,5
Lucro bruto	563.547	508.367	10,9
Lajida (Ebitda)	365.188	353.343	3,3
Lucro operacional	185.815	174.559	6,5
Lucro líquido do exercício	131.066	122.378	7,1

LAJIDA (Ebitda)

O Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 365.188 mil do ano supera em 3,3% o obtido em 2007 e demonstra o comportamento favorável que

apresentam os negócios da Companhia, o qual se reflete no crescimento médio anual do Lajida em 30,0% nos últimos cinco anos.

	2008	2007	Varição %
Lajida (R\$ mil)			
Lucro antes do resultado financeiro	274.233	268.472	2,1
Depreciação e amortização	90.955	84.871	7,2

12. Remuneração aos Acionistas

De forma a permitir uma solução de continuidade do programa de investimentos da Companhia e visando não sobrecarregar a sua estrutura de capital, a Diretoria propôs uma distribuição de resultados de R\$ 59,7 milhões, sendo R\$ 28,7 milhões a título de juros sobre o capital próprio, já aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas (realizada no dia 29/12/08), e R\$ 31,0 milhões sob a forma de dividendos. Esses valores somados

representam 48,0% do lucro líquido do exercício, deduzida a constituição da reserva legal aplicável. Os restantes 52,0% servirão como reservas para os futuros investimentos a serem realizados.

Esta proposta será apreciada na próxima Assembleia Geral de Acionistas que será realizada no mês de abril de 2008.

13. Financiamentos

Visando estruturar o financiamento dos recursos necessários à realização dos seus investimentos, as ações da empresa durante o ano foram pautadas na obtenção de recursos financeiros provenientes das linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e em empréstimos com taxas variáveis (indexadas ao CDI).

Seguindo o planejamento estabelecido, a CEG recebeu financiamento de R\$ 119,6 milhões, referente aos investimentos realizados no ano de 2007 e 2008. Esse financiamento é destinado aos projetos de expansão e saturação comercial, conversão e

substituição da rede de distribuição de gás natural em municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Os valores recebidos foram aprovados nas seguintes condições: prazo de 96 meses, com custos indexados à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

A política de buscar financiamentos, preferencialmente junto a entidades multilaterais, tem colaborado para que a CEG mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado dos seus projetos. Para 2009, a Companhia tem como meta manter a busca contínua das melhores condições de financiamento.

14. Acionistas

Em 31 de dezembro de 2008, o capital social da Companhia estava representado por 51.927.546.473

ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Participação no Capital Social (%)
Grupo Gas Natural	54,16
Gas Natural Internacional SDG, S.A.	35,26
Gas Natural SDG, S.A.	18,9
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	34,56
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,74
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26
Demais Acionistas	0,28
Total	100

15. Panorama Tributário

Ao longo do ano, a Companhia buscou aumentar a eficiência operacional e de gestão fiscal; otimizar as sinergias existentes dentro dos limites tributários; fortalecer a capacidade de gestão das diferentes

unidades de negócios, fornecendo orientações para a correta aplicação da legislação; e desenvolver novas oportunidades de planejamento tributário, principalmente no segmento de combustível.

O quadro tributário que se segue demonstra os valores dos tributos pagos com base na gestão fiscal adotada. Em linhas gerais, a variação negativa

demonstra o resultado da gestão adotada e a variação positiva é consequência do bom desempenho das atividades da empresa.

	2008	2007	Variação %
COFINS	49.916	45.446	10
PIS	10.837	9.867	10
IRPJ	33.434	22.321	50
CSLL	27.734	18.656	49
IOF	3.535	979	261
CPMF		6.438	-100
AGENERSA	9.620	6.516	48
ICMS	118.942	59.341	100
IPVA	130	100	30
IPTU	108	106	2
ISS	789	958	-18
Total	255.045	170.728	49

16. Público Interno

Formação

Em 2008 foi dada continuidade à qualificação dos empregados e prestadores de serviço, com ênfase em treinamentos de gestão, prevenção e saúde laboral, qualidade e meio ambiente. Com isso, foram realizadas 35.673 horas de formação, capacitando 5.993 participantes, com um investimento total de R\$ 932.407.

Do total das horas de treinamento, 9% foram dedicadas a temas de meio ambiente em 2008, enquanto no ano de 2007 apenas 1% se referiram a este tema. Já nos treinamentos de gestão, foram dedicadas 20% das horas de treinamento, 16% a mais que no ano de 2007. Para os treinamentos de qualidade, prevenção e saúde laboral, foram dedicadas 8% do total das horas de formação.



Também foram realizadas 333 horas de treinamento on-line. Grande parte destas horas foi realizada através da Plataforma ACERCA, sistema corporativo utilizado pelo Grupo Gas Natural na capacitação à distância.

Desenvolvimento Profissional

A CEG promoveu em 2008 a inclusão social de 15 Portadores de Necessidades Especiais, empregados de áreas administrativas, através de workshops, palestras e treinamentos; e deu continuidade ao Programa de Preparação para Aposentadoria, que foi implantado em 2006.

Em 2008, o Programa Bolsa de Estudos beneficiou 30 empregados (19 de Graduação e 11 de Pós-Graduação). O programa financia estudos em cursos que atendem aos objetivos do Plano Estratégico da empresa. Desde 1999, 143 bolsas já foram concedidas. No Programa de Estágio, a CEG contou, em média, durante o ano de 2008, com 40 estagiários, tendo um nível de aproveitamento de 25% e investimentos de R\$ 331.941.

Benefícios

Foi implantado o Seguro Vida, totalizando 17 tipos de benefícios, dentre os quais se destacam: PLR, Plano de Saúde, Plano de Previdência

Complementar, Auxílio Creche, Auxílio Excepcional, Vale Refeição, Vale Alimentação, Material Escolar, Cesta Básica e Empréstimo Emergencial.

17. Responsabilidade Social Corporativa

A CEG deu continuidade a uma série de programas sociais, culturais e de meio ambiente, buscando uma contribuição positiva para seus diferentes *stakeholders*.

Social

Na área social, a Companhia continuou desenvolvendo ações voltadas para inserção de jovens de comunidades carentes no mercado de trabalho e comprometidas com a erradicação da extrema pobreza e da fome.

O programa de apoio a creches de comunidades carentes, iniciado em 2001, continuou beneficiando crianças e famílias, proporcionando alimentação e assistência médica para 53 crianças de 2 a 6 anos da Creche Adulão, 84 da Creche Shangri-lá e 29 do Abrigo Arco Íris.

Cultural

Nesse segmento, a Companhia realizou uma série de projetos voltados para promoção e preservação da cultura, com destaque para os eventos: Festival Rio de Cinema – que durante

15 dias exibiu mais de 300 títulos em 40 salas de cinema da cidade do Rio de Janeiro – e para as comemorações do aniversário dos 50 anos da Bossa Nova.



Meio Ambiente

Dentre os projetos que receberam apoio destaca-se "Atletas do Meio Ambiente", uma das iniciativas desenvolvidas pela CEG. Trata-se de um programa de formação integral, no qual

dezenas de adolescentes atuam como agentes comunitários, multiplicadores de conhecimentos em suas comunidades, disseminando ações de preservação e cuidado com o meio ambiente.



Demonstrações Financeiras

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

- 1** Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG em 31 de dezembro de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2** Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3** Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG em 31 de dezembro de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4** Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 14 de março de 2008.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2009

PriceWaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

João César de Oliveira Lima Júnior
Contador CRC 1RJ077431/O-8

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

CGC/MF n° 33.938.119/0001-69
NIRE n° 3330008217-4

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, com base no trabalho de acompanhamento desenvolvido pelo Conselho Fiscal, nas informações prestadas pela Administração da Companhia e após análise do Relatório da Administração e do Parecer sem ressalvas dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, decidiram, por unanimidade, recomendar à Assembleia Geral dos Acionistas a aprovação das Demonstrações Contábeis apresentadas pela empresa, referentes ao exercício findo em 31.12.2008, do Relatório da Administração e do Aumento da Capital.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2009.

Renato Achutti
Felipe Kfuri Moreira da Silva
Pedro Paulo de Siqueira Galoppi

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2008	2007	Passivo e patrimônio líquido	2008	2007
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	33.627	8.453	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	300.283	287.573
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	20.046	14	Fornecedores	233.655	153.710
Contas a receber de clientes (Nota 5)	287.733	198.248	Obrigações trabalhistas a pagar	7.377	6.532
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (18.879)	(14.587)	(14.587)	Impostos, taxas e contribuições sociais (Nota 15)	78.333	73.067
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 6)	85.384	49.826	Contas a pagar - Assunção de dívida (Nota 16)	8.697	8.112
Ativos fiscais diferidos (Nota 7)	5.482	4.934	Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 8)	3.664	1.316
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 8)	860	1.962	Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 17(b))	59.766	55.804
Adiantamentos a fornecedores	3.193	5.056	Demais contas e despesas a pagar	1.941	1.134
Demais contas a receber	5.208	4.051			
Estoques	3.827	2.393			
Despesas antecipadas	3.512	3.380			
	<u>429.993</u>	<u>263.730</u>		<u>693.716</u>	<u>587.248</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Exigível a longo prazo		
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	5.137	4.646	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	523.315	449.043
Ativos fiscais diferidos (Nota 7)	39.645	38.695	Contas a pagar - Assunção de dívida (Nota 16)	47.742	49.098
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 6)	8.243	9.101	Obrigações com o fundo de pensão (Nota 18)	61.316	65.058
Créditos decorrentes de funcionários cedidos a órgãos governamentais		4.851	Provisão para contingências (Nota 19)	49.079	39.134
Empréstimos compulsórios	1.020	1.015	Demais contas a pagar	69	81
Provisão para perdas sobre bens e direitos (Nota 9)	(1.940)	(6.786)			
Depósitos judiciais (Nota 10)	35.162	33.218		<u>681.521</u>	<u>602.414</u>
Outros realizáveis a longo prazo	5.998	3.279			
	<u>93.265</u>	<u>88.019</u>			
Investimentos	380	380	Patrimônio líquido (Nota 17)		
Imobilizado (Nota 11)	1.070.357	984.031	Capital social	228.801	195.514
Intangível (Nota 12)	27.497	18.148	Reserva de capital	2.194	2.194
Diferido (Nota 13)	284.694	295.150	Reservas de lucros	300.101	262.088
	<u>1.476.193</u>	<u>1.385.728</u>	Ajuste de avaliação patrimonial	(147)	
	<u>1.906.186</u>	<u>1.649.458</u>		<u>530.949</u>	<u>459.796</u>
				<u>1.906.186</u>	<u>1.649.458</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Receita bruta de vendas e serviços (Nota 20)		
Venda de gás	2.415.340	1.627.334
Prestação de serviços	19.175	26.789
	<u>2.434.515</u>	<u>1.654.123</u>
Deduções da receita bruta	<u>(415.972)</u>	<u>(321.761)</u>
Receita líquida das vendas e dos serviços	2.018.543	1.332.362
Custo do gás vendido e dos serviços prestados	<u>(1.454.996)</u>	<u>(823.995)</u>
Lucro bruto	563.547	508.367
Despesas (receitas) operacionais		
Pessoal	62.344	58.058
Utilidades, materiais e serviços	10.615	11.733
Gerais e administrativas	113.839	92.863
Depreciação e amortização	90.955	84.871
Obrigações com fundo de pensão (Nota 18)	(465)	(117)
Outras, líquidas (Nota 21)	12.026	(7.513)
	<u>289.314</u>	<u>239.895</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	274.233	268.472
Resultado financeiro (Nota 24)		
Receitas financeiras	94.060	40.246
Despesas financeiras	<u>(182.478)</u>	<u>(134.159)</u>
	<u>(88.418)</u>	<u>(93.913)</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	185.815	174.559
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 15)		
Do exercício	(56.171)	(54.272)
Diferido	1.422	2.091
	<u>131.066</u>	<u>122.378</u>
Lucro líquido do exercício	131.066	122.378
Quantidade de lotes de mil ações do capital social no final do exercício	51.927.546	51.927.546
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social no final do exercício - R\$	2,5240	2,3567

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva de capital - Incentivos fiscais	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
			Legal	Expansão			
Em 31 de dezembro de 2006	180.244	2.194	19.019	191.765			393.222
Aumento de capital	15.270			(15.270)			
Lucro líquido do exercício					122.378		122.378
Destinação do lucro:							
Reserva legal			6.119		(6.119)		
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,4827 por lote de mil ações)					(25.067)		(25.067)
Dividendos propostos (R\$ 0,5919 por lote de mil ações)					(30.737)		(30.737)
Reserva de expansão				60.455	(60.455)		
Em 31 de dezembro de 2007	195.514	2.194	25.138	236.950			459.796
Aumento de capital	33.287			(33.287)			
Ajuste de avaliação patrimonial						(147)	(147)
Lucro líquido do exercício					131.066		131.066
Destinação do lucro:							
Reserva legal			6.553		(6.553)		
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,5534 por lote de mil ações)					(28.737)		(28.737)
Dividendos propostos (R\$ 0,5975 por lote de mil ações)					(31.029)		(31.029)
Reserva de expansão				64.747	(64.747)		
			31.691	268.410			
Em 31 de dezembro de 2008	228.801	2.194	300.101			(147)	530.949

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008

Em milhares de reais

	<u>2008</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>185.815</u>
Ajustes	
Depreciação e amortização	90.955
Valor residual do ativo permanente baixado	2.181
Lucro na venda do imobilizado	(718)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	<u>128.167</u>
	<u>220.585</u>
Variações nos ativos e passivos	
Aumento de contas a receber de clientes	(85.193)
Aumento de tributos a recuperar e diferidos	(12.564)
Aumento dos estoques	(1.434)
Aumento de outros ativos	(1.040)
Aumento de fornecedores	79.945
Aumento de obrigações trabalhistas	845
Aumento de tributos a pagar	5.266
Redução de outros passivos	<u>(1.370)</u>
	<u>(15.545)</u>
	<u>390.855</u>
Caixa proveniente das operações	
Juros pagos	(187.121)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(78.383)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	<u>(3.433)</u>
	<u>(268.937)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>121.918</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aplicações financeiras	(20.523)
Aquisições do ativo intangível	(4.853)
Aquisições do ativo imobilizado	(141.829)
Aquisições do ativo diferido	(31.673)
Venda do ativo imobilizado	<u>718</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(198.160)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Amortização de empréstimos	(435.096)
Ingressos de empréstimos	588.883
Dividendos pagos	<u>(52.371)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>101.416</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	25.174
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>8.453</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>33.627</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Exercício findo em 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais

	<u>2007</u>
Origens de recursos	
Das operações sociais	
Lucro líquido do exercício	122.378
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante	
Ativos fiscais diferidos de longo prazo	(4.525)
Depreciação e amortização	84.871
Valor residual do ativo permanente baixado	403
Juros e variações monetárias do exigível a longo prazo	(24.557)
Juros e variações monetárias do realizável a longo prazo	932
Obrigações junto ao fundo de pensão	(3.409)
Constituição (reversão) de provisões para contingências	5.241
	<u>181.334</u>
De terceiros	
Empréstimos	118.991
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	4.107
	<u>304.432</u>
Total das origens	<u>304.432</u>
Aplicações de recursos	
No realizável a longo prazo	14.804
No ativo permanente	
Intangível	4.367
Imobilizado	105.176
Diferido	49.051
Transferências do exigível a longo prazo para o passivo circulante	185.193
Dividendos propostos	30.737
Juros sobre o capital próprio	25.067
	<u>414.395</u>
Total das aplicações	<u>414.395</u>
Redução do capital circulante	<u>(109.963)</u>
Variações do capital circulante	
Ativo circulante	
No início do exercício	237.067
No fim do exercício	263.730
	<u>26.663</u>
Passivo circulante	
No início do exercício	450.622
No fim do exercício	587.248
	<u>(136.626)</u>
Redução do capital circulante	<u>(109.963)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008

Em milhares de reais

	2008
Receitas Líquidas	
Vendas de gás e de serviços e outras receitas operacionais	2.434.515
Outras receitas operacionais	1.819
Constituição de provisão para contas de cobrança duvidosa	(7.498)
Não operacionais	717
	<u>2.429.553</u>
Insumos adquiridos de terceiros	
Custo de gás vendido e dos serviços prestados	(1.454.996)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(429.409)
	<u>(1.884.405)</u>
Valor adicionado bruto	<u>545.148</u>
Retenções	
Depreciação e amortização	(90.955)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>454.193</u>
Valor adicionado recebido em transferência	
Receitas financeiras	94.060
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>548.253</u></u>
Distribuição do valor adicionado	
Pessoal e encargos	
Remuneração direta	36.601
Benefícios	12.910
Honorários da diretoria	2.772
	<u>52.283</u>
Impostos, taxas e contribuições	
Federais	124.449
Estaduais	55.194
Municipais	1.564
	<u>181.207</u>
Remuneração de capitais de terceiros	
Juros	182.478
Aluguéis	1.219
	<u>183.697</u>
Remuneração de capitais próprios	
Juros sobre capital próprio	28.737
Dividendos propostos	31.029
Lucros retidos	71.300
	<u>131.066</u>
	<u><u>548.253</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- providenciar, desde que haja disponibilidade de gás natural e não havendo negativa dos consumidores, a total conversão do sistema de distribuição para a utilização de gás natural, no prazo máximo de noventa meses, contados da assinatura do contrato, sendo que 25% das unidades residenciais e comerciais deverão estar aptas a ser abastecidas com gás natural até o final do quadragésimo oitavo mês;
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;

- substituir as garantias de natureza real e/ou as fianças, prestadas pelo Governo do Estado ou qualquer outra pessoa jurídica de direito público, em operações financeiras realizadas pela Companhia;
- manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUS;
- dar cumprimento às resoluções da Presidência da Companhia, anteriores ao contrato de concessão, relacionadas com os planos de incentivo à aposentadoria de empregados;
- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelos bens integrantes da concessão.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2009.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3 Principais práticas contábeis

(a) Lei nº 11.638/07 - Alteração da Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP nº 449, de 3 de dezembro de 2008, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essa Lei e a referida MP tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB". A aplicação da referida Lei e MP é obrigatória para demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

As mudanças na Lei das Sociedades por Ações trouxeram os seguintes impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- (a) Instrumentos financeiros derivativos - a Companhia passou a registrar os instrumentos financeiros ao valor justo (vide Nota 14 e 22).
- (b) Ajuste a valor presente - o efeito foi considerado imaterial pela administração da Companhia e, portanto, não foi reconhecido.
- (c) Ativo diferido - a Companhia optou pela manutenção do ativo diferido até sua completa amortização. A partir dos próximos exercícios sociais, os gastos de natureza de ativo diferido serão lançados no resultado do exercício.

Adicionalmente, conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 não estão sendo reapresentadas com os efeitos da nova lei para fins de comparação entre os exercícios.

(b) Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

(ii) Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, cuja contrapartida é a conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, até a sua realização.

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 22.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com riscos insignificantes de mudança de valor.

(d) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa dessas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

(e) Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

(f) Ativos fiscais diferidos

Consistem em Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o Imposto de Renda diferido, no caso, para Imposto de Renda – 25%, e para a Contribuição Social – 9%.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(g) Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade, esses depósitos são atualizados monetariamente (vide Nota 10).

(h) Conversão de moeda estrangeira

Os itens em moeda estrangeira incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são primariamente mensurados usando-se a moeda que melhor reflete a relevância e a essência econômica dos eventos e das circunstâncias subjacentes ("moeda de medição"). Nas demonstrações financeiras da Companhia, os itens em moeda estrangeira são apresentados em reais (R\$), que é a moeda de medição da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são convertidas a partir das moedas de medição usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações são reconhecidos na demonstração do resultado nas rubricas de despesas e receitas financeiras.

(i) Imobilizado

Demonstrados pelo custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11. Terrenos não são depreciados.

Os custos dos juros sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os outros custos de empréstimos são tratados como despesas.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 11.

(j) Ativos intangíveis

Referem-se, principalmente, a programas de computador (softwares) e gastos de infraestrutura (serviços de passagem).

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos softwares para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do software. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 12.

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitada ao prazo de concessão (Nota 12).

(k) Diferido

Refere-se a gastos incorridos no projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural e para captação de novos clientes. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 13).

(l) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Até o momento, não foram identificadas perdas dessa natureza.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando a Companhia espera que uma provisão seja reembolsada, por exemplo, por um contrato de seguros, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas somente quando esse reembolso é virtualmente certo, ou seja, é mais que provável que ocorra.

(n) Benefícios a funcionários

Em atendimento à Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 18).

(o) Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

(p) Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

(q) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social e 30% do capital acrescido da reserva de capital.

O saldo da reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(r) Dividendos e juros sobre capital próprio

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares das ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária.

Os juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados são contabilizados como despesa financeira. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, esses juros são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

(s) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor da venda de gás e serviços. A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de acordo com porcentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

4 Títulos e valores mobiliários

Referem-se às aplicações em CDB – Certificado de Depósito Bancário – em instituições financeiras de primeira linha, remunerados à taxa média de 108,6% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro –, com vencimento em até 27 de julho de 2011. Os títulos e valores mobiliários serão mantidos até o seu vencimento, sendo que R\$ 20.046 (2007 - R\$ 14) estão registrados em ativo circulante e R\$ 5.137 (2007 - R\$ 4.646) registrados em realizável a longo prazo.

5 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Consumidores		
Do setor privado	275.117	188.344
Do setor público	<u>8.609</u>	<u>7.066</u>
	283.726	195.410
Vendas de equipamentos	<u>4.007</u>	<u>2.838</u>
	<u>287.733</u>	<u>198.248</u>

Com o objetivo de cobrir o impacto dos aumentos de 3,12% e 3,27% do custo de aquisição total do gás natural de produção nacional, em agosto e setembro de 2007 as tarifas foram reajustadas.

Em 1º de janeiro de 2008, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 6,23% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2006 a 30 de novembro de 2007, sendo que o aumento do custo de aquisição do gás natural foi de 10,35%. Em 3 de abril, 1º de junho, 1º de julho, 1º de agosto e 1º de novembro de 2008, ocorreram aumentos do custo de aquisição do gás natural, impactando as tarifas nos referidos meses em 5,53%, 8,67%, 19,25%, 6,76% e 6,22%, respectivamente.

6 Impostos e contribuições a recuperar

	2008	2007
Imposto de Renda (a)	33.427	19.194
Contribuição Social (a)	27.924	20.803
ICMS a recuperar (b)	30.479	17.814
Imposto de Renda retido na fonte	357	177
Outros	1.440	939
	<u>93.627</u>	<u>58.927</u>
Curto prazo	(85.384)	(49.826)
Longo prazo	<u>8.243</u>	<u>9.101</u>

(a) Referem-se a antecipações mensais de Imposto de Renda e Contribuição Social.

(b) Refere-se a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo imobilizado, sendo R\$ 7.082 (R\$ 8.455 em 31 de dezembro de 2007) com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 8.243 (R\$ 9.101 em 31 de dezembro de 2007) com expectativa a longo prazo, além de R\$ 15.154 referente a valores do imposto a receber por pagamento a maior em compras de gás provenientes do Espírito Santo e Mato Grosso.

7 Ativos fiscais diferidos

Os ativos fiscais diferidos são compostos como segue:

	2008			2007		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Saldos no início do exercício	32.034	11.595	43.629	28.287	10.240	38.527
Diferenças temporárias	38.312	13.792	52.104	33.812	12.172	45.984
Realização de ativos diferidos por:						
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(37.210)	(13.396)	(50.606)	(30.065)	(10.817)	(40.882)
Saldos no final do exercício	33.136	11.991	45.127	32.034	11.595	43.629
Curto prazo	(4.031)	(1.451)	(5.482)	(3.628)	(1.306)	(4.934)
Longo prazo	<u>29.105</u>	<u>10.540</u>	<u>39.645</u>	<u>28.406</u>	<u>10.289</u>	<u>38.695</u>

Os ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 referem-se a diferenças temporárias, sendo que as mesmas serão aproveitadas à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas. A Companhia possui expectativa de que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
2008		4.934
2009	5.482	8.692
2010	9.011	8.692
2011	9.010	8.692
2012	9.010	8.693
2013	9.010	1.963
2014	1.802	1.963
2015	<u>1.802</u>	
	<u>45.127</u>	<u>43.629</u>

8 Contas com partes relacionadas

	<u>Ativo circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Receitas</u>	<u>Despesas</u>
Gas Natural SDG, S.A.	(22)	3.663		6.480
CEG Rio S.A.	780		9.634	
Gas Natural São Paulo Sul S.A.	85	1	550	
Gas Natural Serviços S.A.	16		150	
Gas Natural do Brasil S.A.	<u>1</u>			
Em 31 de dezembro de 2008	<u>860</u>	<u>3.664</u>	<u>10.334</u>	<u>6.480</u>
Em 31 de dezembro de 2007	<u>1.962</u>	<u>1.316</u>	<u>4.743</u>	<u>6.038</u>

Os saldos com partes relacionadas referem-se, substancialmente, à prestação de serviços de informática, aluguéis de hardware e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão de obra.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, membros do comitê executivo e o chefe da auditoria interna. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Salários e encargos	1.590	1.756
Honorários de diretoria	2.772	1.997
Participação nos lucros	268	263
Planos de aposentadoria e pensão	36	18
Outros benefícios	<u>254</u>	<u>225</u>
	<u>4.920</u>	<u>4.259</u>

9 Provisão para perdas sobre bens e direitos

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Funcionários cedidos a órgãos públicos		4.851
Empréstimo compulsório	1.020	1.015
Aplicação em incentivos fiscais	<u>920</u>	<u>920</u>
	<u>1.940</u>	<u>6.786</u>

Com base na ausência de expectativa da realização dos créditos referentes a funcionários cedidos, a Companhia resolveu reconhecer a perda destes créditos, baixando, também, a provisão existente.

10 Depósitos judiciais

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Trabalhista (a)	10.471	10.710
CIDE (b)	5.918	5.818
ICMS (c)	2.000	1.855
INSS (c)	12.212	11.058
Processo Administrativo - SRF (d)	4.309	3.580
Outros	<u>252</u>	<u>197</u>
	<u>35.162</u>	<u>33.218</u>

(a) Referem-se a ações trabalhistas demandadas por ex-empregados da Companhia e prestadores de serviço, incluindo, nestas, responsabilidade subsidiária.

(b) Feitos a partir de 2003, referem-se à Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE. Este compromisso encontra-se registrado na rubrica "Provisão para contingências" (vide Nota 19).

(c) Referem-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.

(d) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandato de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo através do depósito judicial de R\$ 3.580 para obtenção da Certidão Fiscal.

11 Imobilizado

	Terrenos	Edificações e Obras Civas	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Móveis e Utensílios
Saldos em 1º de janeiro de 2007	3.979	6.870	554	7.854	5.326	1.542
Aquisição		331		733	2.866	445
Baixa líquida de depreciação	(87)	(12)		(13)	(121)	(9)
Transferência para imobilizado em operação						
Reclassificação						
Depreciação		(458)	(61)	(1.658)	(1.830)	(414)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	<u>3.892</u>	<u>6.731</u>	<u>493</u>	<u>6.916</u>	<u>6.241</u>	<u>1.564</u>
Custo total	3.892	28.720	9.914	84.529	17.392	7.226
Depreciação acumulada		(21.989)	(9.421)	(77.613)	(11.151)	(5.662)
Valor residual	<u>3.892</u>	<u>6.731</u>	<u>493</u>	<u>6.916</u>	<u>6.241</u>	<u>1.564</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2008	3.892	6.731	493	6.916	6.241	1.564
Aquisição				598	1.656	377
Baixa líquida de depreciação				(1)	(85)	
Transferência líquida						
Depreciação		(449)	(55)	(1.581)	(2.078)	(352)
Reclassificação para intangível						
Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>3.892</u>	<u>6.282</u>	<u>438</u>	<u>5.932</u>	<u>5.734</u>	<u>1.589</u>
Custo total	3.892	28.720	9.914	85.126	18.963	7.603
Depreciação acumulada		(22.438)	(9.476)	(79.194)	(13.229)	(6.014)
Valor residual	<u>3.892</u>	<u>6.282</u>	<u>438</u>	<u>5.932</u>	<u>5.734</u>	<u>1.589</u>
Taxas anuais de depreciação (%)	-	4	3,3 a 20	10 e 20	20	10

Cont.

	Veículos	Rede de Gás	Outros	Total em Operação	Imobilizado em Andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2007	1.515	783.215	926	811.781	108.628	920.409
Aquisição	1.335	97.998	28	103.736	111.894	215.630
Baixa líquida de depreciação	(76)	(8)		(326)		(326)
Transferência para imobilizado em operação					(109.824)	(109.824)
Reclassificação			(630)	(630)		(630)
Depreciação	(753)	(35.858)	(196)	(41.228)		(41.228)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	<u>2.021</u>	<u>845.347</u>	<u>128</u>	<u>873.333</u>	<u>110.698</u>	<u>984.031</u>
Custo total	5.465	1.179.435	477	1.337.050	110.698	1.447.748
Depreciação acumulada	(3.444)	(334.088)	(349)	(463.717)		(463.717)
Valor residual	<u>2.021</u>	<u>845.347</u>	<u>128</u>	<u>873.333</u>	<u>110.698</u>	<u>984.031</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2008	2.021	845.347	128	873.333	110.698	984.031
Aquisição	2.998	107.206	531	113.366	162.206	275.572
Baixa líquida de depreciação	(128)	(1.085)		(1.299)		(1.299)
Transferência líquida					(133.743)	(133.743)
Depreciação	(780)	(37.369)	(160)	(42.824)		(42.824)
Reclassificação para intangível					(11.380)	(11.380)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>4.111</u>	<u>914.099</u>	<u>499</u>	<u>942.576</u>	<u>127.781</u>	<u>1.070.357</u>
Custo total	8.335	1.285.556	1.008	1.449.117	127.781	1.576.898
Depreciação acumulada	(4.224)	(371.457)	(509)	(506.541)		(506.541)
Valor residual	<u>4.111</u>	<u>914.099</u>	<u>499</u>	<u>942.576</u>	<u>127.781</u>	<u>1.070.357</u>
Taxas anuais de depreciação (%)	20	3,3	Diversas			

Conforme estipulado pelo contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de gás canalizado, firmado com o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997, a Companhia deveria providenciar, desde que houvesse disponibilidade de gás natural e não havendo negativa dos consumidores, a total conversão do sistema de distribuição para utilização de gás natural, no prazo máximo de noventa meses, contados da data da assinatura do contrato.

Esse projeto de conversão, que foi realizado nas áreas geográficas da cidade do Rio de Janeiro, foi concluído em 19 de julho de 2007, e a Companhia dá como encerrada a sua obrigação com o órgão regulador em relação a esse projeto. A extensão do prazo em relação ao cronograma original decorreu de sua paralisação em função de redefinições do projeto pelo órgão regulador. Os recursos necessários à conclusão do projeto de conversão foram obtidos através das operações próprias da Companhia e de financiamentos contratados.

A rubrica "Imobilizado em Andamento" refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

12 Intangível

	Servidões de Passagem	Software	Total em Operação	Software em Desenvolvimento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2007	1.865	17.703	19.568	54	19.622
Aquisição		4.394	4.394		4.394
Baixa líquida		(77)	(77)		(77)
Transferência				(27)	(27)
Amortização	(147)	(5.617)	(5.764)		(5.764)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	1.718	16.403	18.121	27	18.148
Custo total	3.713	48.398	52.111	27	52.138
Amortização acumulada	(1.995)	(31.995)	(33.990)		(33.990)
Valor residual	1.718	16.403	18.121	27	18.148
Saldos em 1º de janeiro de 2008	1.718	16.403	18.121	27	18.148
Aquisição		9.812	9.812	4.713	14.525
Baixa líquida	(86)	(769)	(855)	(27)	(882)
Transferência				(9.672)	(9.672)
Amortização	(146)	(5.856)	(6.002)		(6.002)
Reclassificação de imobilizado				11.380	11.380
Saldos em 31 de dezembro de 2008	1.486	19.590	21.076	6.421	27.497
Custo total	3.627	57.441	61.068	6.421	67.489
Amortização acumulada	(2.141)	(37.851)	(39.992)		(39.992)
Valor residual	1.486	19.590	21.076	6.421	27.497
Taxas anuais de amortização (%)	6,7	20			

Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros.

Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

13 Diferido

	Conversão	Captação de Clientes	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2007	164.854	118.526	598	283.978
Aquisição	19.155	29.896		49.051
Amortização	(22.775)	(14.993)	(111)	(37.879)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	161.234	133.429	487	295.150
Custo total	236.094	170.719	1.109	407.922
Amortização acumulada	(74.860)	(37.290)	(622)	(112.772)
Valor residual	161.234	133.429	487	295.150
Saldos em 1º de janeiro de 2008	161.234	133.429	487	295.150
Aquisição	1.536	30.137		31.673
Amortização	(23.716)	(18.302)	(111)	(42.129)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	139.054	145.264	376	284.694
Custo total	237.630	200.856	1.109	439.595
Amortização acumulada	(98.576)	(55.592)	(733)	(154.901)
Valor residual	139.054	145.264	376	284.694
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

Os gastos são compostos por duas atividades:

- Projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a transformação de equipamentos a gás manufacturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.
- Adequação e construção das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Conforme permitido pela Medida Provisória nº 449/08, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pode ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

14 Empréstimos e financiamentos

A Companhia definiu como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

Os resultados referentes ao ganho ou perda das operações de swap são registrados como receitas ou despesas financeiras, respectivamente.

A Companhia passou a registrar os efeitos do valor justo dos instrumentos financeiros a partir de 2008, como previsto pelo CPC 13.

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Empréstimos e financiamentos		
Financiamentos	291.756	203.975
Linhas de crédito	<u>507.962</u>	<u>392.674</u>
	<u>799.718</u>	<u>596.649</u>
Instrumentos financeiros - Derivativos		
Swap (curva)	20.493	139.967
Swap (ajuste a valor justo)	3.165	
Opções (valor justo) (*)	<u>222</u>	
	<u>23.880</u>	<u>139.967</u>
Total do passivo		
Curto prazo	300.283	287.573
Longo prazo	<u>523.315</u>	<u>449.043</u>
	<u>823.598</u>	<u>736.616</u>
Empréstimos e financiamentos líquidos (sem efeito do valor justo dos derivativos)		
Curto prazo	298.226	287.573
Longo prazo	<u>521.985</u>	<u>449.043</u>
	<u>820.211</u>	<u>736.616</u>

(*) Hedge de fluxo de caixa com contrapartida no patrimônio líquido.

Nos valores dos Instrumentos Financeiros - Derivativos, em 31 de dezembro de 2007, não estavam contemplados os efeitos do valor justo dessas operações, que estavam avaliados em R\$ 714.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o ano de 2008 com um custo médio de 104,4% do CDI (104,9% - 31 de dezembro de 2007).

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

			2008		2007	
	Fn	Lc	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
(a) Em moeda nacional						
Banco ItaúBBA S.A.		100%	29.140	-	46.873	16.666
BNP Paribas Brasil S.A.		100%	20.017	9.800	10.157	29.400
União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco		100%	53.367	66.667	22.493	83.333
Banco Bradesco S.A.		100%	15.056	-	30.238	14.501
Banco Safra S.A.		100%	-	21.571	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A.		100%	24.779	72.000	-	-
Banco HSBC S.A.		100%	12.085	8.333	-	-
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A		100%	1.685	30.000	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	100%	-	35.799	199.088	31.013	115.078
Banco Santander S.A.		100%	223	41.093	-	-
Outros		100%	20.994	44.800	44.318	45.863
			<u>213.145</u>	<u>493.352</u>	<u>185.092</u>	<u>304.841</u>
(b) Em moeda estrangeira						
Banco Santander S.A.		100%	28.781	-	24.812	24.812
European Investment Bank - BEI	100%		11.249	26.755	33.386	77.904
Banco ABN AMRO Real S.A.		100%	42.621	-	40.982	37.421
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	100%		2.430	1.878	3.301	4.065
			<u>85.081</u>	<u>28.633</u>	<u>102.481</u>	<u>144.202</u>
Total Empréstimos e Financiamentos (*)			<u>298.226</u>	<u>521.985</u>	<u>287.573</u>	<u>449.043</u>

Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito

(*) Para efeito de comparação com o ano anterior, demonstramos essa abertura sem o efeito de ajuste do valor justo das operações de instrumentos financeiros.

Sobre os montantes sacados das linhas de crédito em moeda estrangeira incidiriam originalmente encargos calculados com base na variação do dólar norte-americano e juros médios de 6,0% a 8,12% ao ano. Os encargos sobre esta linha de crédito foram trocados (swap) para, em média, 111,5% da variação do CDI. As linhas de crédito em moeda nacional têm encargos entre 108,5% variação do CDI e CDI acrescido de 4,97% ao ano. A Companhia emitiu notas promissórias como garantia dos empréstimos recebidos.

As operações de financiamentos referem-se a:

- (i) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2011 e caução de contas a receber da Companhia correspondente a cinco vezes o valor da parcela vincenda como garantia. Cerca de 24,7% do financiamento tem encargos calculados pela variação cambial que foi trocado (swap) para 129% da variação do CDI. O saldo restante é atualizado pela TJLP, acrescido de 4% ao ano.
- (ii) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e tem, como garantia, fiança bancária e custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP, acrescido de 2,8% ao ano.

- (iii) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem, como garantia, fiança bancária e custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de 2,3% ao ano.
- (iv) Em 21 de novembro de 2003, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimentos - BEI, no montante de quarenta milhões de dólares. Esse financiamento possui prazo de carência de dois anos e vencimento final em 2012. Os encargos são calculados pela variação do dólar acrescida da libor mais 0,15% ao ano e foram trocados (swap) para 101,9% da variação do CDI. Esse financiamento também está destinado aos projetos de ampliação, renovação e conversão da rede de gás. É condição suspensiva para utilização dos recursos captados com o BEI que as obrigações da Companhia previstas no contrato de financiamento sejam garantidas por meio de uma prestação de garantia. Dessa forma, a Companhia firmou um Contrato de Prestação de Garantia com instituições financeiras (Partes Garantidas) e, nos termos do referido contrato, as garantias estão sendo prestadas por dois agentes garantidores ao custo de 0,45% ao ano, e têm como lastro recebíveis da Companhia na proporção de 20% do saldo devedor. As referidas garantias foram dadas por prazo de quatro anos e possuem vencimento em março de 2012.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
2009		178.159
2010	169.381	117.260
2011	169.026	57.293
2012	76.073	43.356
2013	49.922	32.227
2014	33.255	15.561
2015	22.857	5.187
2016	1.471	
	<u>521.985</u>	<u>449.043</u>

15 Impostos, taxas e contribuições

(a) Composição do saldo:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Imposto de Renda a pagar	40.065	38.254
Contribuição Social a pagar	14.650	13.927
Imposto de Renda diferido	916	3.642
Contribuição Social diferido	329	1.325
ICMS	13.572	7.210
PIS	928	853
COFINS	4.275	4.414
Outros	3.598	3.442
	<u>78.333</u>	<u>73.067</u>

(b) As despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social relacionadas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	2008		2007	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>185.815</u>	<u>185.815</u>	<u>174.559</u>	<u>174.559</u>
Despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(46.454)	(16.723)	(43.640)	(15.710)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	7.184	2.586	6.267	2.256
Realização de correção monetária especial e de lucro inflacionário	(63)	(165)	(605)	(218)
Ativo diferido - Deliberação CVM 371/2000	112	41	29	11
Tributos - Deliberação CVM 371	(38)	(14)	(10)	(4)
Outros	<u>(846)</u>	<u>(369)</u>	<u>(295)</u>	<u>(262)</u>
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, de acordo com a demonstração do resultado	<u>(40.105)</u>	<u>(14.644)</u>	<u>(38.254)</u>	<u>(13.927)</u>

Para fins de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido do exercício de 2008, as companhias poderão optar pelo Regime Tributário de Transição - RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nº 11.638/07 e da MP 449/08, por meio de registros no livro de apuração do lucro real - LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil. A opção por este regime se dará quando da entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ do ano-calendário 2008.

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da administração que, neste momento, indicam a opção pelo RTT.

16 Contas a pagar - Assunção de dívida

	2008			2007		
	Passivo circulante	Exigível a longo prazo	Total	Passivo circulante	Exigível a longo prazo	Total
GASIU Contribuições previdenciárias da patrocinadora	<u>8.697</u>	<u>47.742</u>	<u>56.439</u>	<u>8.112</u>	<u>49.098</u>	<u>57.210</u>

As parcelas a pagar ao GASIU decorrem da assinatura de um Termo de Confissão de Dívida junto ao fundo de pensão, no primeiro trimestre de 2004. O valor original do acordo é de R\$ 54.000, sendo estipulado o prazo de 12 anos para pagamento da dívida, a qual possui, como base de atualização, o INPC acrescido de juros de 1% ao mês.

17 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social está representado por 51.927.546 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	<u>Capital detido (%)</u>
Residentes no exterior:	
Gas Natural Internacional SDG, S.A.	35,26
Gas Natural SDG, S.A.	18,90
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	34,56
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,74
Outros	0,28
	<u>100,00</u>

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2008 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 33.287, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros para expansão.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2007 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 15.270, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros para expansão.

(b) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Lucro líquido do exercício	131.066	122.378
Constituição da reserva legal	(6.553)	(6.119)
Base de cálculo dos dividendos	<u>124.513</u>	<u>116.259</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>31.128</u>	<u>29.065</u>
Distribuição proposta:		
Juros sobre o capital próprio	28.737	25.067
Dividendos	<u>31.029</u>	<u>30.737</u>
Total	<u>59.766</u>	<u>55.804</u>
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos	48,00	48,00

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2008, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, o valor dos juros sobre o capital próprio, líquido do Imposto de Renda na fonte, foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício. O Imposto de Renda na fonte assumido pela Companhia, no montante de R\$ 3.934 (R\$ 3.433 no exercício findo em 31 de dezembro de 2007), foi reconhecido como despesa diretamente no resultado do exercício.

(c) Retenção de lucros

Em conformidade com a legislação societária brasileira vigente, a administração da Companhia propõe a retenção dos lucros acumulados remanescentes em uma reserva de expansão, visando ao suprimento de recursos necessários ao orçamento de investimentos da Companhia. O orçamento da Companhia para 2009 foi submetido ao Conselho de Administração em 29 de dezembro de 2008, sendo que os recursos retidos serão utilizados nos projetos de ampliação, renovação e captação de novos clientes.

Com a transferência de lucros para a reserva de expansão, o saldo das reservas de lucros ultrapassou o saldo do capital social. A legislação societária brasileira determina que a assembleia dos acionistas deverá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento de capital social ou na distribuição de dividendos. A administração irá propor a capitalização do excedente, de modo a cumprir o disposto na legislação societária brasileira.

18 Fundo de pensão e passivos atuariais

De acordo com o Edital de Venda e com o contrato de concessão, a Companhia está obrigada a manter os seguintes benefícios pós-emprego a seus empregados:

- Benefício de Suplementação de Aposentadoria - trata-se de benefício complementar ao da previdência oficial, do tipo benefício definido, concedido pela CEG através do Instituto de Seguridade Social da CEG - Gásius, entidade fechada de previdência complementar instituída e patrocinada pela Companhia desde 1986. O valor inicial do benefício é calculado como 80% da diferença apurada entre (i) média salarial dos últimos 12 meses anteriores ao da aposentadoria, atualizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE e (ii) o valor da aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial.

As principais premissas atuariais utilizadas pelo Gásius nas avaliações das provisões matemáticas do plano e benefício definido são:

- taxa de desconto - 6,0% ao ano;
- taxa de rendimento dos ativos do plano - 6,0% ao ano;
- índice e crescimento salarial - 1,5% ao ano;
- tábua de mortalidade - AT 83 Basic Male/Female agravada em 1 ano e truncada em 100 anos.

O Estatuto do Gasius e o Regulamento do plano de benefício definido estão adaptados à legislação vigente. O plano apresentou, até o fim de 2008, diminuição do superávit acumulado em aproximadamente R\$ 19.759, em especial pela desvalorização de aplicações financeiras no mercado acionário, além do aumento nos compromissos futuros do plano com o pagamento de benefícios, que sofreram correção.

E a confissão de dívida firmada pela CEG com o Gasius em janeiro de 2004 no valor de R\$ 54.000 está sendo paga em dia (Vide Nota 16):

- Benefícios especiais de aposentadoria - (i) aos atuais empregados, e que já o eram em 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial, será paga uma indenização na data de sua saída da Companhia, calculada com base no tempo de serviço, e de, no máximo, equivalente a sete remunerações para os empregados que tiverem mais de 35 anos de serviço na Companhia, na data de sua aposentadoria; (ii) existia um plano especial de aposentadoria (Plano 95) implementado no ano de 1995, cujos efeitos se encerraram em dezembro de 2005; (iii) a um grupo fechado de 19 ex-empregados, que, em 1990, aderiram a outro plano especial de aposentadoria (Plano 90) implementado naquele ano, é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes. O reajuste do benefício é efetuado com a mesma periodicidade e no percentual-base concedido aos empregados ativos por força do acordo coletivo de trabalho.
- Benefício especial de assistência médica para aposentados - trata-se de um plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia, e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados e os demais que já o eram naquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os beneficiários participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco.

A quantificação e conciliação dos ativos e passivos desses benefícios, para o ano de 2008, foram efetuadas por atuário independente com base nos dados de 30 de novembro de 2008 e de 2007, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, e podem ser assim demonstradas:

Descrição	2008	2007
Valor presente das obrigações totalmente descobertas e total ou parcialmente cobertas	308.041	254.034
Obrigação atuarial de anos anteriores (custo passado)	10.117	43.397
Valor justo dos ativos	<u>(200.403)</u>	<u>(175.163)</u>
Valor total do custo	117.755	122.268
Menos: valores já reconhecidos na contabilidade		
Assunção de dívida		
Circulante	(8.697)	(8.112)
Longo prazo	<u>(47.742)</u>	<u>(49.098)</u>
	<u>(56.439)</u>	<u>(57.210)</u>
Obrigações junto ao fundo de pensão		
Longo prazo	<u>(61.316)</u>	<u>(65.058)</u>

A movimentação do passivo atuarial, em conformidade com a Deliberação CVM 371/2000, pode ser assim demonstrada:

	2008			
	Saldo inicial	Provisão (reversão)	Pagamento	Saldo final
Plano de benefícios - GASIU	15.399	(4.729)	(3.277)	7.393
Benefícios especiais de aposentadoria (Planos 90 e 95)	4.223	797	(660)	4.360
Prêmio aposentadoria	2.188	272	(561)	1.899
Assistência médica para aposentados	43.248	7.673	(3.257)	47.664
	<u>65.058</u>	<u>4.013</u>	<u>(7.755)</u>	<u>61.316</u>
	2007			
	Saldo inicial	Provisão (reversão)	Pagamento	Saldo final
Plano de benefícios - GASIU	20.968	(2.277)	(3.292)	15.399
Benefícios especiais de aposentadoria (Planos 90 e 95)	4.184	692	(653)	4.223
Prêmio aposentadoria	2.093	384	(289)	2.188
Assistência médica para aposentados	41.222	5.758	(3.732)	43.248
	<u>68.467</u>	<u>4.557</u>	<u>(7.966)</u>	<u>65.058</u>

Em 2007, o ganho verificado no "Plano de Benefícios - GASIU" se deve a boa rentabilidade obtida pelos ativos do fundo, que atingiu no ano 23,04%. Comparado com o crescimento dos passivos em 12,64%, o fundo obteve um superávit de 10,40% no ano, totalizando R\$ 66.142. Em 2008, o superávit reduziu para R\$ 46.383 em decorrência da desvalorização das aplicações financeiras conforme mencionado anteriormente.

A composição do custo atuarial por natureza é a seguinte:

Descrição	2008	2007
Custo do serviço corrente	1.278	1.240
Custo dos juros	31.417	27.874
Rendimento esperado dos ativos do plano	(23.135)	(19.181)
Amortização de ganho/perdas	(4.876)	(4.741)
Contribuições esperadas de participantes	(671)	(635)
	<u>4.013</u>	<u>4.557</u>

Em 2008, a Companhia registrou no resultado o montante de R\$ 4.013 (R\$ 4.557 em 2007) incluídas neste, além das despesas atuariais citadas acima, as despesas com complementação de aposentadoria – plano 95 – e com prêmio de aposentadoria e assistência médica para aposentados. Deste valor, um total de R\$ 4.478 foi reconhecido em despesas com pessoal (R\$ 4.674 em 2007), pois se refere à parcela de participação dos empregados, e R\$ 465 credor em obrigações com fundo de pensão (R\$ 117 em 2007).

Nº participantes GASIUS:	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Ativos	110	136
Inativos	<u>1.069</u>	<u>1.052</u>
	<u>1.179</u>	<u>1.188</u>

As contribuições da Companhia para o fundo de pensão totalizaram:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Fundo de pensão (GASIUS)	3.274	3.292
Assistência médica	3.105	3.623

19 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das contingências, por natureza, é a seguinte:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Cíveis	5.646	6.161
Tributárias	9.254	6.853
Trabalhistas	<u>34.179</u>	<u>26.120</u>
	<u>49.079</u>	<u>39.134</u>

(a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, à CIDE e ao ICMS.

A Companhia mantém registrada, na rubrica de provisão para contingências, a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE, que estava sendo objeto de depósito judicial (vide Nota 10), mas, devido a expiração da validade da Certificação de Averbação nº 980934/02 autorizado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI em 21 de janeiro de 2005, a Companhia deixou de contabilizar novas provisões relativas a esta Contribuição face à não ocorrência do fato gerador que era o contrato de transferência de tecnologia com a acionista Gas Natural SDG, encerrado em 2005.

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

Esfera	2008	2007
Estadual	3.600	1.214
Federal	5.654	5.639
	<u>9.254</u>	<u>6.853</u>

Há, na Companhia, outros processos de natureza federal, estadual e municipal que não estão provisionados, por estarem classificados como chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 297.264 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 279.087 em 31 de dezembro de 2007). Desse montante podemos destacar o seguinte processo:

Em 6 de setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. Os advogados estimam como provável a probabilidade de ganho dessa ação judicial, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2008 seria de R\$ 257.969 (R\$ 240.926 em 31 de dezembro de 2007).

(b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

Quantidade de ações movidas por:	2008	2007
Ex-empregados CEG	282	299
Ex-empregados terceiros	1.228	1.055
Outros (Ministério Público, INSS)	19	22
	<u>1.529</u>	<u>1.376</u>

O saldo das provisões para processos trabalhistas evoluiu de R\$ 26.120 de dezembro de 2007 para R\$ 34.179 em 31 de dezembro de 2008 (crescimento de 30,85%). Este crescimento é consequência do elevado número de demandas trabalhistas por parte de ex-empregados de empresas terceirizadas que tiveram seus contratos encerrados entre o final de 2006 e julho de 2007. Nos processos de ex-empregados da CEG houve uma pequena redução devido a acordos realizados em processos antigos, acordados no comitê de Contingências.

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Ex-empregados CEG	17.346	15.385
Ex-empregados terceiros	<u>16.833</u>	<u>10.735</u>
	<u>34.179</u>	<u>26.120</u>

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia totalizam R\$ 81.426 (R\$ 119.513 em 31 de dezembro de 2007).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, adotou o seguinte plano de ação:

- (a) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas;
- (b) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados;
- (c) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- (d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais;
- (e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

20 Receita de vendas

A receita da Companhia pode ser demonstrada pelos seus principais segmentos, como segue:

	<u>2008</u>		<u>2007</u>	
	<u>Milhares de m³</u> (não auditado)	<u>R\$</u>	<u>Milhares de m³</u> (não auditado)	<u>R\$</u>
Residencial	115.555	402.888	110.217	343.659
Comercial	78.333	168.624	71.726	139.344
Automotivo	866.056	737.983	890.058	537.208
Petroquímico	115.640	75.361	126.026	57.241
Cogeração	78.929	65.413	82.932	48.367
Industrial	543.203	508.687	565.260	387.175
Termelétrica	1.296.716	454.088	340.889	112.566
Serviços		19.175		26.789
Outros	1.960	2.296	2.055	1.774
	<u>3.096.392</u>	<u>2.434.515</u>	<u>2.189.163</u>	<u>1.654.123</u>

21 Recebimento antecipado de credores

Furnas Centrais Elétricas S.A. e CEG assinaram, em 18 de junho de 2004, Termo de Compromisso, que, entre outros compromissos, estabeleceu multa contratual antecipada por Furnas no valor de R\$ 16.026 referente à eventual não utilização de capacidade de distribuição disponibilizada pela CEG. Caso o Contrato de Suprimento de Gás não tivesse sido assinado até o final de 2006, o pagamento antecipado seria considerado ganho da CEG. O contrato não foi assinado após vencido o prazo, tendo o ganho sido reconhecido no ano de 2007, em outras receitas operacionais no resultado do exercício. Não cabe a Furnas qualquer reclamação relativa a referida multa, conforme estabelecido no contrato.

22 Instrumentos financeiros

(a) Gerenciamento de riscos financeiros

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia contratou, em 2008, derivativos (opções de juros), pelo prazo de até 12 meses, com a finalidade de proteção contra uma perspectiva de alta da taxa "Selic". Em dezembro de 2008, essa cobertura corresponde a 24,7% do total da dívida indexada ao CDI.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco com taxa de câmbio

Vide política adotada descrita na Nota 14.

(b) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de mercado e respectivas apropriações de receitas e despesas.

(c) Risco de crédito

A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(d) Endividamento financeiro

O endividamento financeiro líquido compreende os ativos (disponibilidades e aplicações financeiras) e passivos financeiros (empréstimos) que podem ser assim apresentados:

	2008			2007		
	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida
Curto prazo	53.673	300.283	(246.610)	8.467	287.573	(279.106)
Longo prazo	5.137	523.315	(518.178)	4.646	449.043	(444.397)
	<u>58.810</u>	<u>823.598</u>	<u>(764.788)</u>	<u>13.113</u>	<u>736.616</u>	<u>(723.503)</u>

A política da Companhia é financiar a maior parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES. A empresa contratou junto ao BNDES financiamento de R\$ 252 milhões para realização dos investimentos do triênio de 2007 a 2009, tendo desembolsado em 2008, até o mês de dezembro, o montante de cerca de R\$ 120 milhões referentes aos investimentos realizados em 2007. A previsão de desembolso para esse financiamento vai até fevereiro de 2010. O restante das necessidades de caixa é suprido e administrado com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 14). No ano de 2008, até o mês de dezembro, foram contratados R\$ 182 milhões de empréstimos de capital de giro de longo prazo.

(e) Derivativos (Deliberação CVM nº 550)

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de empréstimos e financiamentos contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

Os contratos de "swap" de moeda estrangeira têm por finalidade eliminar o risco da variação cambial existente nos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. As perdas e os ganhos com as operações de derivativos de "swap" são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos.

Os contratos de opção têm como objetivo limitar o custo financeiro máximo dos empréstimos e financiamentos cujos encargos estão indexados ao CDI, definindo um valor máximo para os encargos. As operações de derivativos de "opções", que funcionam como hedge de fluxo de caixa, a contrapartida é a conta de ajuste de avaliação patrimonial, no Patrimônio Líquido, até a sua realização, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos.

A empresa não contratou nenhum derivativo cuja finalidade não seja a proteção patrimonial (hedge).

Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

Opções - a precificação é efetuada por meio do modelo Black & Scholes, que considera a volatilidade e o preço do ativo-objeto, o preço do exercício da opção, a taxa de juros e o período até o vencimento.

Swaps - são avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado na data-base, do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento.

Em conformidade com a deliberação CVM nº 550, os derivativos da Companhia podem ser assim demonstrados:

	Valor de referência (nocial)		Valor justo		Valores a receber/a pagar		Ganhos/perdas realizados	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
	Contratos de opção							
Posição Titular-Compra								
Índice - CDI	143.233		8		8		426	
Contratos de "swaps"								
Posição ativa								
Moeda estrangeira	89.050	184.559	91.696	131.559				
Posição passiva								
Variação do CDI	113.328	249.321	114.195	272.239	23.658	139.967	109.947	73.238

Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (considerando a manutenção dos mesmos níveis de câmbio de 31 de dezembro de 2008) segundo avaliação efetuada pela administração para os próximos três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III). Os resultados demonstrados simulam efeitos no resultado do exercício para 12 meses.

Risco	Instrumento/operação	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Cambial	Hedge			
	"Swap" - Instrumento de "hedge"	15.585	19.481	23.377
	Objeto de "hedge" - empréstimos - moeda estrangeira	(19.449)	(24.311)	(29.173)
		<u>(3.864)</u>	<u>(4.830)</u>	<u>(5.796)</u>

A administração não apresentou a análise de sensibilidade de suas operações de compra de opções de CDI devido à imaterialidade do efeito no resultado causado pelas operações e a tendência de queda do CDI, que fez com que não exista previsão de exercício de opções.

23 Compromissos e contingências

23.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para uso convencional, assinado em 18 de julho de 2008. Este contrato garante o fornecimento, a partir de novembro de 2008, de 5,33 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC), quantidade essa a ser incrementada ao longo da vigência do contrato, findando em dezembro de 2012 com a garantia de 6,55 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC). Por esse contrato, a CEG se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da Petrobras e,

mesmo que não retire, pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC - compromisso Take or Pay.

23.2 Compromisso com o Poder Concedente

O Edital de Venda e o Contrato de Concessão que outorgaram à Companhia o direito de explorar os serviços públicos de gás canalizado também determinam o cumprimento de certas condições e obrigações que visam, sobretudo, a ampliação e melhoria da qualidade dos serviços, a satisfação dos consumidores e os interesses do Estado. O não cumprimento dessas condições e obrigações sujeitará a Companhia às penalidades previstas no contrato de concessão.

Em 14 de julho de 2004 e 4 de agosto de 2005, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Poder Concedente, e a Concessionária CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão, nos quais a Concessionária obriga-se a atender aos compromissos de expansão do serviço de gás canalizado. Nos Aditivos, a Concessionária se compromete a implantar, na sua respectiva área de concessão, novas redes de distribuição de gás canalizado através da construção de ramais de distribuição, com capacidade para atender plenamente à demanda dos municípios abaixo especificados e nos prazos de início de operação e condições estipuladas a seguir:

Termo aditivo de 14 de julho de 2004:

(i) Município de Guapimirim, até o final do ano de 2005

Situação atual: rede implantada e clientes abastecidos com gás natural.

Termo aditivo de 04 de agosto de 2005:

(ii) Município de Mangaratiba, até o final do ano de 2007

Situação atual: estudo de traçado e projeto básico concluídos.

Devido a não disponibilidade de volumes adicionais de gás, esse projeto não foi iniciado, encontrando-se suspenso até nova negociação do contrato de suprimento entre CEG e PETROBRAS, que foi concluído em 28 de novembro de 2008. Pelo empenho das partes em solucionar o problema, não há aplicação de penalidades.

Atualmente encontra-se em estudo o abastecimento do município através de GNC (Gás Natural Comprimido).

(iii) Município de Maricá, até o final do ano de 2008

Situação atual: estudo de traçado e projeto básico concluídos.

A conclusão do projeto dependerá da disponibilidade de volumes adicionais de gás.

Esses compromissos estavam condicionados, no Termo Aditivo, à aprovação do Conselho de Administração da Companhia, em um prazo máximo de 90 dias, desde a publicação do Termo, que ocorreu em 17 de agosto de 2005.

Atualmente encontra-se em estudo o abastecimento do município através de rede em PE (polietileno) em média pressão.

O Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, em reunião realizada em 25 de outubro de 2005, a celebração do Termo Aditivo, desde que observadas as seguintes condições:

- (i) que o investimento para a gaseificação do município de Maricá seja contemplado no fluxo de caixa livre da empresa (FCLE) da 2ª Revisão Quinquenal de Tarifas (período 2008-2012); e
- (ii) que o investimento no município de Mangaratiba, somado aos demais compromissos da CEG em 2006 e 2007, não supere o valor reconhecido no FCLE de R\$ 169.100 para 2006 e R\$ 173.900 para 2007, em moeda de dezembro de 2001 (material e despesas diferidas), de forma a manter o equilíbrio econômico-financeiro da Empresa. Estes investimentos incluem os trechos dos gasodutos até o limite dos municípios de Saquarema e Angra dos Reis.

A Concessionária comunicou ao Poder Concedente e à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, mediante carta enviada em 31 de outubro de 2005, a deliberação do Conselho de Administração, mantendo-os sempre atualizados sobre o assunto, através de correspondências posteriores.

Em que pese a não conclusão da obra de Mangaratiba e Maricá, a CEG cumpriu os investimentos previstos na FCLE.

23.3 Revisão tarifária

Em 28 de junho de 2007, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária, conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997.

Até a presente data, a AGENERSA não se manifestou.

23.4 Demais compromissos

Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais por prazos prescricionais variáveis.

24 Resultado financeiro

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	1.500	1.024
Atualizações monetárias e cambiais ativas	72.872	38.666
Outras receitas financeiras	<u>19.688</u>	<u>556</u>
	<u>94.060</u>	<u>40.246</u>
Despesas financeiras		
Comissões	(357)	(150)
Encargos de empréstimo (swap e juros)	(147.382)	(118.480)
CPMF		(6.438)
IOF	(3.417)	(979)
Atualizações cambiais passivas	(25.553)	(6.009)
Outras despesas financeiras	<u>(5.769)</u>	<u>(2.103)</u>
	<u>(182.478)</u>	<u>(134.159)</u>
	<u>(88.418)</u>	<u>(93.913)</u>

O aumento das despesas de encargos sobre a dívida em relação a 2007 se deve, principalmente, ao aumento do endividamento e da taxa básica de juros.

A variação de outras receitas financeiras é referente, basicamente, ao ganho nas operações de hedge e à variação monetária de PIS e Cofins sobre receitas financeiras devido ao ganho por parte da Companhia do processo aberto contra a Lei nº 9.718/98.

25 Permissão de uso de logradouros públicos

Através da Lei Municipal 4017, de 23/03/05, regulamentada pelo Decreto 28.002/2007, de maio de 2007, o município do Rio de Janeiro criou a taxa (depois tratada como Preço Público) mensal pelo uso das vias públicas sob o domínio municipal, bem como seu subsolo e espaço aéreo. Um novo decreto, emitido em 14 de dezembro de 2007 sob o nº 28.887/07, esclareceu a base de cálculo da referida taxa aplicável às companhias distribuidoras de gás que resultou em uma obrigação mensal para a companhia de R\$ 998. Como a questão do pagamento pelo uso do subsolo por concessionárias de serviços públicos vem sendo declarada ilegal pelo Superior Tribunal de Justiça, e considerando as opiniões legais de nossos consultores jurídicos, a Companhia continuará discutindo em juízo seu direito de não pagar a taxa em virtude de sua ilegalidade. Adicionalmente, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia tem o direito de aplicar o parágrafo 16 da cláusula sétima do referido contrato, que determina a incorporação, na tarifa, da cobrança desse tributo.

26 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas (em milhares)
Risco operacional (*)	US\$ 200.000
Responsabilidade civil geral (*)	R\$ 213.120
Responsabilidade civil - Administradores - Diretores e dirigentes	R\$ 5.384

(*) Apólice / Limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.